

# INFORMS

INFORMATIVO  
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO  
COM AS PRINCIPAIS  
NOTÍCIAS DOS SETORES  
PORTUÁRIO E DE  
NAVEGAÇÃO

Edição 167/2023  
Data: 04/10/2023



## ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

<b>A TRIBUNA DIGITAL (SP)</b> .....	<b>4</b>
AGENDAMENTO DE CAMINHÕES COM DESTINO AO PORTO DE SANTOS PASSA POR MUDANÇAS EM DEZ ANOS.....	4
FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS INICIA OFICIALMENTE OPERAÇÕES: R\$ 1 BILHÃO EM INVESTIMENTOS.....	5
CONTRA POLUIÇÃO, ÓRGÃOS PÚBLICOS FISCALIZAM CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS.....	7
HIDROVIAS BRASILEIRAS PODEM TER SISTEMA DE NAVEGAÇÃO ELETRÔNICO, DIZ SECRETÁRIO DA ANTAQ.....	9
A CRISE HÍDRICA E A MULTIMODALIDADE.....	10
PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL REGISTRAM AUMENTO DE 10,12% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS.....	11
CONGRESSO EM SANTOS IRÁ PREMIAR GESTÃO DE RH NO AMBIENTE PORTUÁRIO.....	12
CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE ITAJAÍ DISCUTE EDITAL DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO.....	13
PORTO DO PECÉM QUER INVESTIR EM ELETROLISADORES PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE.....	14
<b>ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS</b> .....	<b>15</b>
DEFINIDO O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ.....	15
INSTITUCIONAL - NOTA À IMPRENSA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ (SC) .	16
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF</b> .....	<b>17</b>
MOBILIZADO POR CONTA DA ESTIAGEM QUE AFETA O NORTE DO PAÍS, GOVERNO FEDERAL INICIA SERVIÇO DE DRAGAGEM NO RIO SOLIMÕES.....	17
NO RIO, COSTA FILHO ANUNCIA RECURSOS PARA OBRAS NO SANTOS DUMONT, VISITA O GALEÃO E BUSCA INVESTIMENTOS SAUDITAS NO BRASIL.....	18
<b>GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF</b> .....	<b>19</b>
LIBERADA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, TRAVESSIA DE TIANGUÁ (CE) BENEFICIARÁ 170 MIL PESSOAS NO NOROESTE CEARENSE.....	19
RODOVIAS - EDITAL DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PERMITIRÁ CONSTRUÇÃO DE NOVA LIGACÃO ENTRE PENEDO (AL) E NEÓPOLIS (SE).....	21
<b>BE NEWS – BRASIL EXPORT</b> .....	<b>22</b>
EDITORIAL – INVESTIMENTO FERROVIÁRIO, UM PASSO ESSENCIAL.....	22
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	23
<i>Dragagem 1</i> .....	23
<i>Dragagem 2</i> .....	23
<i>Dragagem 3</i> .....	23
<i>Paranaguá 1</i> .....	24
<i>Paranaguá 2</i> .....	24
<i>Submarino nuclear</i> .....	24
HIDROVIAS - CÂMARA DOS DEPUTADOS VOLTA A DISCUTIR A REGULAMENTAÇÃO DA PRATICAGEM NO BRASIL.....	24
NACIONAL - NÃO EXPLORAR A MARGEM EQUATORIAL RESULTA VOLTAR A IMPORTAR ÓLEO BRUTO.....	25
NACIONAL - ALCKMIN ANUNCIA R\$ 138 MILHÕES PARA DRAGAGEM DOS RIOS SOLIMÕES E MADEIRA.....	26
COMÉRCIO EXTERIOR - SANTOS BRASIL VAI APOIAR 58 PROJETOS SOCIAIS E EVENTOS EM 2024.....	27
FERROVIAS - FIPS INICIA CONCESSÃO NO PORTO DE SANTOS VISANDO ESCOAMENTO DO AGRO.....	27
CRONOGRAMA DE OBRAS DA SERÁ ENTREGUE NO PRAZO, DIZ PRESIDENTE DA FIPS.....	28
AEROPORTOS - FUNCIONÁRIOS FAZEM GREVE POR USO DE CELULAR E ATRASA VOOS NO AEROPORTO DE GUARULHOS....	29
AEROPORTOS - AEROPORTO DE FERNANDO DE NORONHA GANHARÁ NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS.....	30
COMÉRCIO EXTERIOR - SUPER TERMINAIS COMPLETA 27 ANOS COM AGENDA DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÕES.....	31
REGIÃO SUL - SEGUNDA COLOCADA EM LICITAÇÃO DE ITAJAÍ DEVERÁ APRESENTAR DOCUMENTOS NA SEXTA-FEIRA.....	32
PORTUGAL - MISSÃO PORTUGAL RENDE PARCERIAS PARA SANTOS (SP), DESTACA PREFEITO.....	32
<b>JORNAL O GLOBO – RJ</b> .....	<b>33</b>
SECA NA AMAZÔNIA: BAIXO NÍVEL DOS RIOS DIFICULTA ENVIO DE PRODUTOS DA ZONA FRANCA E AMEAÇA ATÉ A BLACK FRIDAY. ENTENDA.....	33
‘NÃO TEM NADA COLOCADO COMO CERTO’, DIZ TEBET SOBRE SOLUÇÃO PARA PRECATÓRIOS.....	34
RIO TEM POTENCIAL PARA SER POLO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS.....	35
SENADO APROVA MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO, EXCLUINDO AGRONEGÓCIO.....	36
COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE PERMITE PISO MENOR PARA SAÚDE NESTE ANO E COMPENSA PERDAS DE ESTADOS COM ICMS.....	37
TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS EXCLUSIVOS E 'OFFSHORE' PODE NÃO SER VOTADA HOJE, MAS DEVE TER AVANÇO RÁPIDO, DIZ LIRA.....	38
PORTO DO AÇU TERÁ 1ª USINA DE BIOMETANO DE CANA DO RIO: PROJETO DE R\$ 60 MILHÕES.....	39



<b>O ESTADO DE SÃO PAULO - SP .....</b>	<b>40</b>
CONGRESSO APROVA QUASE R\$ 3 BILHÕES EM CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS NO ORÇAMENTO DE 2023 .....	40
MERCADO DE CARBONO, HIDROGÊNIO, COMBUSTÍVEL DO FUTURO: ENTENDA O PLANO DE ECONOMIA VERDE DO GOVERNO..	41
PROJETO QUE COMPENSA PERDAS DO ICMS E REDUZ GASTOS COM PISO DA SAÚDE ESTE ANO AVANÇA NO SENADO.....	43
<b>VALOR ECONÔMICO (SP).....</b>	<b>45</b>
GOVERNO ANUNCIA DRAGAGEM DE RIOS, ANTECIPAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA E SEGURO PARA AGRICULTORES NO AM .....	45
'A GENTE VAI TER QUE ESPERAR O GOVERNO', DIZ LIRA SOBRE NEGOCIAÇÃO PARA TROCA DA PRESIDÊNCIA DA CAIXA .....	46
CONCESSIONÁRIA CONSEGUE NO SUPREMO REDUZIR IPTU DE AEROPORTO.....	47
AGRAVAMENTO DA SECA NO AM MOBILIZA MINISTÉRIOS .....	48
<b>PORTAL PORTOS E NAVIOS .....</b>	<b>49</b>
NA CVT, ARMADORES E TERMINAIS VOLTAM A PEDIR REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM .....	49
ASIA SHIPPING REGISTRA A MAIOR MOVIMENTAÇÃO NO MÊS DE AGOSTO DOS ÚLTIMOS SETE ANOS .....	52
FIPS INICIA A GESTÃO DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS .....	53
GESTÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL: QUESTÃO DE GOVERNO OU DE ESTADO? .....	53
GRUPO ALLOG ANUNCIA COMPRA DA FTRADE E FORTALLOG E PROJETA AMPLIAR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE CARGA REFRIGERADA E REGIÃO NORDESTE.....	55
PORTOS DO ARCO NORTE MOVIMENTARAM 60,3 MILHÕES DE TONELADAS .....	56
CONSÓRCIO LIDERADO PELA JAN DE NUL FARÁ DRAGAGEM NO ACESSO AO PORTO DO RIO.....	57
<b>MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA .....</b>	<b>57</b>
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA <a href="http://MERCOSHIPPING.COM">MERCOSHIPPING.COM</a> E NO <a href="http://LINKEDIN.COM">LINKEDIN.COM</a> .....	57



## A TRIBUNA DIGITAL (SP)

### AGENDAMENTO DE CAMINHÕES COM DESTINO AO PORTO DE SANTOS PASSA POR MUDANÇAS EM DEZ ANOS

Além de mais pátios reguladores, serviço ganhou novas regras para tentar disciplinar atividade

Por: **Ted Sartori**



**Com demanda para cargas e descargas na Margem Esquerda do Porto, o Ceparking faz a gestão logística dos atendimentos**  
*Foto: Douglas Aby Saber/Divulgação Cesari*

grandes distâncias.

A chegada dos caminhões de carga ao Porto de Santos e aos terminais é feita com agendamento e, no caso dos que transportam grãos, existe a obrigatoriedade de passar por um pátio regulador. A prática, que completa dez anos em 2023, permite melhorar a cadência da chegada nos terminais, pois em sua grande maioria os veículos de carga pesada vêm de

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informa que, desde 2013, está em funcionamento o sistema de agendamento. Ele disciplina o recebimento dos caminhões pelos terminais portuários. Cada um possui uma cota máxima horária definida pela APS em função de sua capacidade de recebimento. Dentro desse limite, são abertas janelas horárias e o expedidor encaminha o caminhão a tempo para cumprir o horário agendado, considerando sua distância para o terminal.

“A APS vem promovendo melhorias e modernizações em suas normas que regulam os acessos terrestres. Uma grande mudança foi realizada para os terminais de contêineres em 2022. Atualmente, já foram iniciados trabalhos junto com os terminais de grãos para modernização da norma referente a esse tipo de carga. A APS também está promovendo ações para aumentar o número de vagas de estacionamento para veículos de carga, tanto na margem esquerda quanto na margem direita”, explica.

Cada terminal, lembra a APS, abre janelas horárias de agendamento de caminhões no sistema, não ultrapassando sua cota máxima, e o expedidor encaminha o caminhão a tempo para cumprir o horário agendado, considerando sua distância para o terminal.

A Autoridade Portuária, também em nota, informa que recebe todos os dias os dados de capacidade dos terminais e também aciona, se necessário, as contingências (ou seja, a redução ou cessação temporária das chamadas de caminhões dos pátios). Isso ocorre, segundo a APS, em caso de congestionamento na região do Porto, nas rodovias ou mesmo em Santos.

#### Soluções

Embora a gestão operacional e logística do Porto seja de responsabilidade da APS e das empresas operadoras dos terminais, incluindo a administração de pátios reguladores, a Prefeitura de Santos tem acompanhado esse processo de perto, em especial depois de seguidos congestionamentos no final de agosto.

À época, houve uma reunião sobre a necessidade de melhoria das condições de tráfego no Distrito Industrial da Alemoa. Ela ocorreu no Palácio dos Bandeirantes, na Capital. Na ocasião, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou um investimento de R\$ 15 milhões que serão destinados a obras de acesso, pavimentação e sinalização na região.



A Administração santista também enviou projeto à Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) para a realização de estudos sobre viabilidade da implementação de um viaduto para uma nova saída da Alemoa, o que também ajudará na melhoria do tráfego de caminhões para os terminais. Por sua vez, a Autoridade Portuária considera “imperativo que o Governo Estadual faça investimentos na construção de uma terceira rodovia”. O tema, por sinal, foi debatido no 2º Encontro Porto & Mar, promovido pelo Grupo Tribuna na semana passada em Brasília.

Enquanto isso não acontece, a concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias, informa que todo o movimento é monitorado pela empresa, em tempo real, por meio de câmeras e pelas rotas de inspeção. Para mitigar essa situação, foi desenvolvido o Programa de Gestão Integrada, em grupo composto por representantes da empresa, Artesp, pátios reguladores, Policiamento Rodoviário, APS e prefeituras.

Esse programa é acionado sempre que constatado um início de fila que possa prejudicar a fluidez do tráfego. Dentre as providências previstas, estão a retenção de veículos comerciais no topo da Serra, a divulgação de informações nos painéis eletrônicos das rodovias e a comunicação ativa nos demais canais de informação da concessionária.

### Como funcionam

Um dos pátios reguladores credenciados pela APS é o Ecopátio, plataforma intermodal do Grupo EcoRodovias. Localizado na altura do km 263 da Rodovia Cônego Domenico Rangoni, no Parque Industrial, em Cubatão, ele tem quase 450 mil metros quadrados e 1.680 vagas disponíveis, atendendo dez terminais do Porto de Santos, sendo quatro na Margem Esquerda e seis na Margem Direita.

O caminhoneiro aguarda no Ecopátio até receber, via comunicação eletrônica, uma notificação para se dirigir ao terminal de destino no Porto de Santos. A comunicação é feita pelos próprios terminais portuários de forma eletrônica pelo site do Ecopátio e chega ao caminhoneiro por SMS ou notificação no aplicativo do pátio. Ele também pode acompanhar nos totens de autoatendimento espalhados no prédio de serviços dentro do Ecopátio.

Outro pátio em operação é o Rodopark, em Cubatão. E com demanda para cargas e descargas na Margem Esquerda do Porto, o Ceparking, administrado pela empresa Terloc (Terminal Logístico Cesari), que integra o Grupo Cesari, faz a gestão logística dos atendimentos, diferentemente de um simples pátio de estacionamento.

“Por exemplo, dentro de 400 vagas, com o planejamento semanal e gestão logística, conseguimos girar uma vaga 'estática' por mais de seis vezes no dia, costumamos dizer que é como fosse um aeroporto, onde não há capacidade para alocar 3 mil aviões, mas com o giro logístico, sim”, explica o gerente de operações do Grupo Cesari, Diogo Tiago da Silva.

Ainda de acordo com ele, “os veículos chegam conforme horário agendado, realizamos todo processo de validação do agendamento e vistoria do veículo, garantindo a segurança do processo e operações do cliente, e é liberado para seguir com a carga e descarga”.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 04/10/2023*

## FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS INICIA OFICIALMENTE OPERAÇÕES: R\$ 1 BILHÃO EM INVESTIMENTOS

Cronograma de obras de infraestrutura ferroviária e de acessos, como as passarelas, será apresentado no fim do mês

*Por: Bárbara Farias*

A Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) já opera sob gestão da nova concessionária, formada pelas empresas Rumo, MRS e VLI, na Margem Direita do complexo santista. Os investimentos previstos em cinco anos no modal ferroviário giram em torno de R\$ 1 bilhão e o cronograma de obras será



apresentado à Autoridade Portuária de Santos (APS) até o final deste mês. Nesta terça-feira (3), houve o lançamento oficial da Fips, próximo à Praça Nossa Senhora de Fátima, a Praça da Santa, e ao Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, no Bairro Outeirinhos.

*Nesta terça-feira (3), houve o lançamento oficial da Fips, próximo à Praça Nossa Senhora de Fátima, a Praça da Santa, e ao Terminal de Passageiros Giusfredo Santini, no Bairro Outeirinhos Foto: Vanessa Rodrigues/AT*

O contrato de cessão da Fips, que é uma sociedade de propósito específico (SPE), foi firmado em 16 de dezembro do ano passado com o então Ministério da Infraestrutura pelo prazo de 35 anos, prorrogáveis por igual período, para gestão, operação, manutenção e expansão da ferrovia interna do Porto santista. Já o processo de transição operacional entre a Portofer e a nova cessionária teve início em 5 de junho e se estendeu até setembro.

Cerca de R\$ 1 bilhão será investido em cinco anos, contados a partir da aprovação de projetos pela APS, para aumentar a capacidade atual, quase esgotada, de 51 milhões de toneladas por ano para 115 milhões de toneladas por ano. O projeto engloba 13 obras, incluindo a pera ferroviária da Margem Direita.

### Intervenções

Ontem, no lançamento das operações, o presidente da Fips, João Almeida, afirmou que “as obras estão no caderno de obrigações e outras que virão posteriormente vão garantir esse volume adicional de 65 milhões de toneladas em um período de cinco a dez anos”.

Entre as intervenções previstas, estão o pátio ferroviário entre Canal 4 e Ponta da Praia com três vias férreas para atendimento aos terminais de celulose, viadutos para eliminação de passagens em nível, passarelas de pedestres e a pera ferroviária.

“Agregar as três maiores empresas do transporte ferroviário do agronegócio brasileiro é um marco histórico. Nós teremos um único Centro de Controle Operacional (CCO), com uma única equipe e as decisões partirão de um único grupo de representantes. Com isso, a gente ganha agilidade, eficiência, gestão e clareza. É um salto gigantesco para a operação e para Santos”, disse Almeida.

### Cronograma

Perguntado sobre o cronograma de obras da Fips, o presidente da companhia disse que ter até o final de outubro para apresentar projeções de datas à Autoridade Portuária. “O objetivo é dar prioridade às obras que agreguem valor de imediato à operação e à segurança das pessoas. São prioridades a construção de passarelas, agregar valor à operação e começar a pensar na construção dos viadutos, para resolver o conflito rodoferroviário”.

Quanto à pera ferroviária, Almeida explicou que é uma obra bastante complexa, na região onde hoje está instalado o terminal da Marimex. “Vamos iniciar a obra em novembro, ainda com a Marimex na área. Temos que ter muita responsabilidade no início da construção das obras, sem causar nenhum tipo de impacto negativo para a operação deles”.

### Ganho logístico

Já o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, afirmou que, com a Fips, “ganham o Porto de Santos e a logística brasileira”. “Os viadutos e as passarelas de conexões vão amenizar o conflito permanente entre a logística e a necessidade de trabalhadores e moradores da região utilizarem essas áreas”.

O presidente da APS comentou que a expansão ferroviária é ideal para a necessidade das empresas instaladas no Porto de Santos.

“O modal rodoviário está esgotado, representa 70% e é utilizado principalmente pelos caminhões para o escoamento dos nossos produtos. O Porto funciona muito bem para a importação e a exportação. A nossa dificuldade é, justamente, encontrarmos uma solução logística para escoarmos os produtos para o Interior do País e para o Porto de Santos, e a malha ferroviária se apresenta nessas condições, ao lado das hidrovias”.

### Alinhamento

Pomini destacou também que a APS e a Fips estão alinhadas quanto à importância das obras que serão viabilizadas como contrapartida, "sempre exigindo adequações para o bom fluxo das operações portuárias e das pessoas".

“O Porto chancela essas obras, como o viaduto da Alemoa, que permitirá uma nova entrada para Santos e, principalmente, para as operações portuárias; as passarelas, de modo a evitarmos os erros cometidos com a implementação da passarela da Alfândega (acesso de passageiros à Estação da Barcas Santos-Vicente de Carvalho) que, em breve, será corrigida; e a passarela que poderá ligar o turismo ao Parque Valongo”.

### Viaduto da Alemoa

Uma das contrapartidas do contrato firmado entre a Fips e a APS é a construção de um segundo viaduto no Bairro Alemoa, para auxiliar na fluidez do tráfego de caminhões com destino aos terminais instalados na zona industrial. No entanto, a obra que, inicialmente foi avaliada em R\$ 200 milhões, hoje tem um orçamento de aproximadamente R\$ 400 milhões, após atualização de valores.

Devido a isso, a Fips negocia junto ao Governo do Estado a troca desse empreendimento pela construção de uma rodovia. Sobre isso, Almeida respondeu que “olha essa obra com simpatia. Afinal de contas, a gente tem que olhar sempre para o que é melhor para o Porto, para a Cidade e para as pessoas. Mas, a gente não tem nada avançado nisso. Foi uma ideia colocada”.

### Manutenção de empregos

De acordo com o presidente do Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários do Porto de Santos (Sintraport), Claudiomiro Machado, o Miro, mais de 400 trabalhadores operam na malha ferroviária e nenhum será dispensado. “A nossa perspectiva é a melhor possível. A gente já mantém uma boa relação com a Portofer e a Fips vai manter os empregos”.

A expectativa do sindicalista é de abertura de novos postos de trabalho e oferta de qualificação profissional à medida que os investimentos previstos forem aplicados na ferrovia. “Quando há investimento, surgem mais empregos e oportunidades de qualificação tanto para os trabalhadores que já atuam quanto para os novos. O sindicato trabalha sob essa perspectiva”, afirmou.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 04/10/2023

## CONTRA POLUIÇÃO, ÓRGÃOS PÚBLICOS FISCALIZAM CAMINHÕES NO PORTO DE SANTOS

Qualidade do ar é o foco de operações e campanhas educativas desenvolvidas na Baixada Santista

Por: *Ted Sartori*



***Caminhões geralmente utilizam diesel, combustível fóssil derivado de petróleo, o que causa poluição*** Foto: *Vanessa Rodrigues/AT*

O modal rodoviário ainda é maioria no Brasil quando o assunto é transporte de carga. Para se ter uma ideia, mais de 60% do volume é levado em caminhões. No Porto de Santos, a situação é igual: milhares de caminhões chegam diariamente ao complexo portuário. A grande quantidade de veículos não provoca impacto apenas no tráfego das



estradas e de algumas vias das cidades de Cubatão, Santos e Guarujá. Dentro desse espectro, está incluída também a poluição, pois os caminhões geralmente utilizam diesel, combustível fóssil derivado de petróleo.

“Quando você tem um veículo funcionando em condições normais, ele já vai emitir CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono), que é um gás de efeito estufa e contribui para o aquecimento global, além do monóxido de carbono. Quando filtros e carburadores não estão funcionando muito bem, a tendência é que o problema se intensifique”, afirma o biólogo Ricardo Samelo. “O CO<sub>2</sub> emitido por veículos é responsável por 8% a 10% de todo o dióxido de carbono gerado no planeta”, emenda.

Se não houver um controle eficaz e rígido em relação à emissão de gases poluentes, problemas sérios no ambiente e na saúde das pessoas podem surgir. “Ao pegar cidades com tráfego intenso desses veículos, principalmente em Santos e Guarujá, você intensifica o problema da poluição na Baixada. Isso pode favorecer o aparecimento de problemas respiratórios na população em geral, porém os que mais sofrem são crianças e idosos. Maior fiscalização e olhar mais cuidadoso com relação a isso são necessários”, adverte Samelo.

### **Estudo**

No final do mês passado, foi divulgado estudo de poluição atmosférica apontando alta concentração de cádmio, metal pesado proveniente do diesel, na Rua Idalino Pinez, conhecida como Rua do Adubo, no Jardim Boa Esperança, em Vicente de Carvalho, Guarujá. Foi a conclusão do estudo denominado Projeto Atlas da Poluição Ambiental, apresentado na Secretaria de Meio Ambiente de Guarujá. Pesquisadores afirmam que o poluente é proveniente da queima de combustível de caminhões que circulam na Margem Esquerda do Porto, com destino aos terminais.

A iniciativa faz parte de um termo de cooperação firmado em 2018 entre Prefeitura de Guarujá, Universidade Nove de Julho (Uninove) e Universidade de São Paulo (USP). A pesquisa foi integralmente financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A pesquisadora responsável pelo Atlas da Poluição, a professora da Uninove Andreza Portella Ribeiro, explicou que para medir os níveis de poluição do cádmio, um metal pesado originário do diesel, foram utilizadas bromélias, da espécie conhecida como “barba de bode”.

### **Fiscalizações**

Em nota, a Autoridade Portuária de Santos (APS) explica que desenvolve um programa de qualidade do ar que faz parte das condicionantes do licenciamento ambiental do Porto de Santos, como compensação exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Dentro do programa, a APS realiza monitoramento regular de material particulado e de gases poluentes, a partir de uma rede com cinco pontos ao longo do canal do Porto.

Além disso, há software supervisor, que permite a visualização dos dados coletados pelas estações, consultas, estatísticas, emissão de relatórios e validação de dados. Uma das ações de mitigação de gases por meio de normas próprias é a do credenciamento de veículos que retiram resíduos de navios. Uma das exigências é a vistoria dos veículos pela APS e um dos requisitos analisados é a emissão de fumaça preta, evidenciado pelo checklist do setor responsável.

Para os demais caminhões prestadores de serviço no Porto de Santos, ao menos uma vez ao ano, é realizado, em parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) a Operação RegulAr. A ação tem como objetivo conscientizar os caminhoneiros sobre a importância da manutenção regular de seus veículos e sobre os impactos ambientais da poluição atmosférica. A última ocorreu em dezembro passado, na Avenida Mário Covas Junior, no Macuco, com o apoio da Guarda Portuária.

Os veículos que apresentaram irregularidades, tais como fumaça preta, vazamento de carga ou falta de manutenção, foram orientados a estacionar em local reservado para a abordagem das equipes de fiscalização e educação ambiental.



A ação é uma atividade de conscientização, mas a emissão de fumaça fora dos padrões pode levar à multa ambiental emitida pela Cetesb. Segundo o órgão estadual, também em nota, os veículos que são identificados pelos agentes com emissão excessiva são autuados com base na legislação ambiental. A multa é de 60 Ufesps, atualmente R\$ 2.055,60, dobrando em caso de reincidência. O não pagamento da multa impede o licenciamento anual do veículo. Caso o proprietário comprove a reparação do veículo, pode solicitar desconto de 70% do valor da multa.

A Cetesb explica que prevê a fiscalização de fumaça excessiva em caminhões por método visual, utilizando a Escala de Ringelmann, e instrumentado, utilizando o equipamento opacímetro. Com a Escala de Ringelmann, não é necessária a abordagem do veículo, o que permite a fiscalização de um grande número de veículos movidos a diesel. A fiscalização, segundo o órgão estadual, é intensificada no inverno, quando são realizados comandos nas principais rodovias do Estado, inclusive as que dão acesso à Baixada Santista.

Em 2023 foram realizados três megacomandos em diversas estradas estaduais que resultaram na fiscalização de mais de 84 mil veículos movidos a diesel. Nas rodovias Anchieta, Imigrantes e Cônego Domenico Rangoni, passaram cerca de 9.500 veículos, sendo 97 autuados por emissão excessiva de fumaça. Na região do Porto, foi ainda realizado comando de fiscalização em parceria com a APS, além de campanha de conscientização de caminhoneiros em Cubatão.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*  
Data: 04/10/2023

## HIDROVIAS BRASILEIRAS PODEM TER SISTEMA DE NAVEGAÇÃO ELETRÔNICO, DIZ SECRETÁRIO DA ANTAQ

Agência trabalha na elaboração de estudos para tornar o modal mais eficiente e seguro para o escoamento de cargas

Por: *Bárbara Farias*



*Hidrovia Tietê-Paraná é uma solução alternativa para desafogar o Porto de Santos, que recebe a maior parte das safras do país por meio de caminhões Foto: Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo*

Novos projetos de hidrovias brasileiras deverão contar com um sistema de navegação eletrônico que poderá tornar o modal mais eficiente e seguro para o escoamento de mercadorias com destino aos portos. Estudos de inovação e tecnologia fazem parte do Projeto Hidrovias, da Agência Nacional de Transportes

Aquaviários (Antaq) e o foco inicial é no Rio Madeira, que atende o chamado Arco Norte.

Durante participação em encontro do Comitê de Infraestrutura da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), no último dia 22, o secretário especial de Estudos e Projetos da Antaq, Bruno Pinheiro, afirmou que novos projetos de hidrovias deverão contar com sistema de navegação eletrônico, começando pelo Rio Madeira, na região amazônica. “A ideia é ter um sistema de navegação eletrônico para ser utilizado por todos no Rio Madeira. Não há hidrovia sem balizamento. A navegação eletrônica pode substituir balizamento físico”.

O Rio Madeira é um dos principais eixos logísticos do Arco Norte. O diretor-presidente da ATP, Murillo Barbosa, complementou que a substituição pelo sistema de navegação eletrônico “é até mais eficiente, desde que todos os comboios e embarcações estejam equipados para receber informações”.

Segundo a Antaq, o Projeto Hidrovias tem por objetivo elaborar estudos preliminares e levantamentos técnicos que buscam melhorias de acessos hidroviários fundamentais para o escoamento de mercadorias pelos terminais nos rios Madeira, Tapajós, Paraguai, São Francisco,

região da Barra Norte e Tietê-Paraná - este último, favoreceria o transporte de cargas com destino ao Porto de Santos.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, observou que o Brasil depende cada vez mais do sistema hidroviário, principalmente nas operações do chamado Arco Norte, onde o fluxo logístico envolve de maneira muito forte o transporte por barcaças.

Aquino explicou que, diferentemente de um espelho d'água, ou seja, de apenas uma via navegável por onde passam as barcaças, uma hidrovia requer infraestrutura. "Cito balizamento e garantias de dragagem e profundidade. Tendo equipamentos cada vez mais modernos para controle logístico, aperfeiçoando o processo logístico e o controle da navegabilidade, haverá uma intensidade cada vez maior de utilização".

O presidente da Fenop ressaltou que a implementação de um sistema de navegação eletrônico também contribuirá para a segurança. "O sistema também poderá ajudar muito na segurança, pois, na Região Norte temos um problema sério de 'pirataria' ou ataques às barcaças".

Aquino avalia que transformar as vias navegáveis em hidrovias é importante para a organização e o aperfeiçoamento logístico. Ele compara com a organização implementada nos portos marítimos. "Essa questão de monitoramento através de sistemas também foi um ponto referencial na mudança e nas melhorias dos acessos aos portos, acabando com congestionamentos. Ou seja, usaríamos uma similaridade disso. Ajudará muito no transporte hidroviário e na operação das barcaças".

O presidente da ATP, Murillo Barbosa, lembrou que existem problemas na foz do Rio Madeira, o que, segundo ele, prejudica o Amazonas e dificulta a navegação devido à diminuição do calado. Uma das medidas paliativas da Antaq é autorizar o afretamento de navios menores para armadores darem conta de escoamento no estado e retirar carga da Zona Franca de Manaus.

### **Audiência pública**

O secretário da Antaq afirmou que haverá audiência pública sobre o projeto do Rio Madeira em 2024. Antes, ocorrerá diálogo com representantes do mercado. "O Madeira tem todas as informações de engenharia (organizadas), só precisa dessa informação no mercado para estruturar uma audiência pública. A ideia é o concessionário fazer batimetria, dragagem para manter o calado mínimo operacional escrito no contrato de concessão, entre outras atividades do escopo".

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 04/10/2023**

## **A CRISE HÍDRICA E A MULTIMODALIDADE**

Setor de transporte precisa ficar atento às questões voltadas às mudanças climáticas

**Por: Flávia Takafashi**



**De maneira muito semelhante ao Brasil, cerca de 95% de todas as importações e exportações dos EUA passam pelos portos e hidrovias Foto: Alexander Ferraz/AT**

Recentemente, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) fez uma missão para os Estados Unidos para se aprofundar no conhecimento sobre o Rio Mississippi e o seu potencial para impulsionar a multimodalidade do país norte-americano.

De maneira muito semelhante ao Brasil, cerca de 95% de todas as importações e exportações dos EUA passam pelos portos e hidrovias. Com um papel de conectar os maiores centros industriais e populacionais com os portos costeiros do país, as hidrovias norte-americanas funcionam como verdadeiras artérias drenantes de multimodalidade. E o Rio Mississippi e todos os seus canais navegáveis fazem parte dessa importante rede de transporte aquaviário local.



Foram cinco dias discutindo temas como dragagem, controle de sedimentação dos rios, navegabilidade, eclusas, modelo de exploração portuária, aproveitamento dos recursos naturais e, claro, crise hídrica. Se a água é um bem essencial quando falamos de navegação, falar de crise hídrica e dos desafios enfrentados pelos países para superar os efeitos das mudanças climáticas não poderia ficar de fora.

Dentre os vários conhecimentos adquiridos durante a missão, o monitoramento e a adoção de estratégias e obras de engenharia para minimizar os impactos da falta de chuvas e evitar a paralisação da navegação foram temas recorrentemente tratados.

Na mesma semana em que estávamos discutindo e aprendendo como trazer para o Brasil toda a expertise voltada à navegação da região do Rio Mississipi (que atua como um “funil” para a terceira maior base de drenagem do mundo, perdendo apenas para o Rio Amazonas e o Congo), o Governo Federal, que monitora atentamente a estiagem que assola os rios do Amazonas e Rondônia, liberou R\$ 41 milhões para as obras emergenciais de dragagem no canal de navegação do Rio Solimões e reforçou que já liberou R\$100 milhões para as ações voltadas à contratação das obras nas regiões do Rio Madeira, que atingiu o seu menor nível desde 2005 e está com a navegação já impraticável em alguns trechos.

Quem acompanha as notícias referentes ao setor aquaviário internacional sabe que o Canal do Panamá, importante conexão entre o Oceano Pacífico e o Mar do Caribe, vem enfrentando desafio semelhante por causa da escassez das chuvas e da redução do seu nível de navegabilidade.

Não é coincidência que todos estejam falando e tomando ações para resolver o problema da navegabilidade de seus países e regiões, pois de fato a crise hídrica e os efeitos das mudanças climáticas têm gerado a necessidade de um olhar bastante atento para essas questões, especialmente se elas têm o poder de impactar o transporte de bens pelos rios e canais hidroviários.

Como fruto concreto dessa troca de experiência internacional, a Antaq está na fase final de fechamento de uma parceria com a Usace (United States Army Corps of Engineers) para o desenvolvimento de atividades conjuntas voltadas à formação de um corpo técnico capacitado para elaborar, contratar, analisar e aprovar estudos e projetos relacionados à infraestrutura hidroviária.

Essa parceria é fruto do aporte orçamentário feito pelo Ministério de Portos e Aeroportos para impulsionar ainda mais a execução de estudos e ações voltados a fomentar a implementação da política pública voltada ao transporte aquaviário nacional.

Não restam dúvidas de que a criação (e manutenção) de corredores logísticos multimodais é uma medida necessária para aumentar a eficiência logística e diminuir os custos de escoamento da nossa produção. E se temos a certeza (e a temos) que uma melhor utilização dos rios e hidrovias para o transporte de mercadorias é essencial para o país, todo o setor de transporte precisa ficar ainda mais atento às questões voltadas às mudanças climáticas, especialmente a crise hídrica.

*Fonte: A Tribuna Digital - SP*

*Data: 04/10/2023*

## **PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL REGISTRAM AUMENTO DE 10,12% NA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS**

Os complexos portuários de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre registraram alta no período de janeiro a agosto deste ano

*Por: ATribuna.com.br*

Os três portos do Rio Grande Sul, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, registraram juntos alta de 10,12% na movimentação de cargas, no período de janeiro a agosto deste ano, em comparação ao mesmo período do ano passado. As informações são da Portos RS.

O maior resultado foi obtido pelo Porto do Rio Grande, que movimentou 27.108.695 toneladas, quantidade de carga que é 10,39% maior que o contabilizado em 2022, quando foram 24.556.234 toneladas.



***O maior resultado foi obtido pelo Porto do Rio Grande, que movimentou 27.108.695 toneladas, quantidade de carga que é 10,39% maior que o contabilizado em 2022, quando foram 24.556.234 toneladas Foto: Divulgação/Portos RS***

O Porto de Pelotas movimentou 899.026 toneladas, valor que variou positivamente em 6,38% na comparação com o ano passado. Já no Porto de Porto Alegre, foram movimentadas 575.842 toneladas, números que representam um aumento de 3,61% em relação ao período de janeiro a agosto de 2022.

Ao longo dos oito meses de 2023, circularam pelas hidrovias administradas pela Portos RS 2.474 embarcações, sendo 2.020 delas com destino ao Porto do Rio Grande. A unidade de Pelotas recebeu pelo Canal São Gonçalo 356 barcaças e no Porto de Porto Alegre atracaram 98 embarcações, entre navios e barcaças.

De um modo geral, os graneis sólidos são os mais movimentados nos portos gaúchos, com o total de 18.257.780 toneladas. Na sequência aparecem as cargas gerais, com 7.772.395 toneladas e na terceira posição os graneis líquidos, com 2.533.388 toneladas.

Ao longo desse período, a movimentação de contêineres apresentou um crescimento de 17,72%. As operações realizadas de janeiro a agosto somaram 402.505 TEU.

**Fonte: A Tribuna Digital - SP**

**Data: 04/10/2023**

## CONGRESSO EM SANTOS IRÁ PREMIAR GESTÃO DE RH NO AMBIENTE PORTUÁRIO

Congresso Nacional Integra Portos (CNIT) será realizado no Porto de Santos, nos dias 22, 23 e 24 de novembro

**Por: ATribuna.com.br**



***O prêmio tem por objetivo reconhecer publicamente as instituições públicas e/ou privadas do ambiente portuário que tenham realizado uma ou mais ações de valorização em gestão de pessoas iniciadas no período de 2020 até o fim do primeiro semestre de 2023 Foto: Luigi Bongiovanni/Arquivo/AT***

O Congresso Nacional Integra Portos (CNIT), que será realizado no Porto de Santos, nos dias 22, 23 e 24 de novembro, terá como um dos destaques o “Prêmio Melhores Práticas de Gestão de Pessoas no ambiente Portuário”.

O Prêmio tem por objetivo reconhecer publicamente as instituições públicas e/ou privadas do ambiente portuário que tenham realizado uma ou mais ações de valorização em gestão de pessoas iniciadas no período de 2020 até o fim do primeiro semestre de 2023.

O critério para o Prêmio é “Ações de Valorização de Práticas de Gestão de Pessoas nos Portos”. As empresas ou instituições interessadas em concorrer podem realizar a inscrição da prática até 06 de outubro.

O CNIT contará com diversas atividades, desde visitas técnicas, avaliação de trabalhos científicos e pitches de inovação. O evento é organizado pela Fundação Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep), com apoio da Autoridade Portuária de Santos (APS), Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego (Seporte) da Prefeitura de Santos, Universidade Federal da São Paulo (Unifesp), Universidade Santa Cecília (Unisanta), Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec) Rubens Lara Martins, Strong Business School, Parque Tecnológico de Santos e Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) Baixada Santista.

**O edital para inscrições está disponível neste link.**

<https://congressocnit.com.br/wp-content/uploads/2023/09/Edital-Premiacao-1.pdf>

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/10/2023

## CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE ITAJAÍ DISCUTE EDITAL DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO

Após quatro meses de intervalo, membros do CAP retomaram as discussões sobre a gestão do complexo portuário

Por: [ATribuna.com.br](http://ATribuna.com.br)



**Os membros do CAP voltaram a se reunir na sede da Superintendência do Porto de Itajaí, na última sexta-feira (29) Foto: Luciano Sens/Porto de Itajaí**

O novo edital de arrendamento transitório do Porto de Itajaí foi um dos principais assuntos debatidos durante a quinta reunião ordinária do Conselho de Autoridade Portuária (CAP), na última sexta-feira (29). Os membros do CAP voltaram a se reunir na sede da Superintendência do Porto de Itajaí após um intervalo de quase quatro meses.

Em pauta, destaques voltados à gestão portuária como o novo edital de arrendamento transitório, atualmente em curso e conduzido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); o planejamento do edital de arrendamento definitivo por 35 anos, que será realizado pelo Governo Federal ao Porto de Itajaí; situação atual do processo de desestatização/convênio de delegação e ou concessão do complexo portuário, entre outros assuntos.

Além disso, foram divulgados os nomes das pessoas que tomaram posse e passam a integrar o CAP como membros conselheiros: Ciro Eduardo Candido Silva, Antônio Carlos Bandeira Guimarães Neto, Robison José Coelho, Jeferson Machado, Henry Uliano Quaresma, Cláudia de Paula Borges e Roberto Jacob Nicolau Mussi.

“Cada vez mais estamos presenciando em nossas reuniões uma maior participação de grupos que atuam na classe portuária, e, até mesmo tendo representantes da comunidade. À medida que as demandas vão surgindo, nos programamos, e após serem analisadas, partimos para serem deliberadas. Assim, percebemos que em geral, um certo amadurecimento desse conselho vem se formando, o que só resulta na união de forças para todos que atuam de forma direta ou indireta aqui no porto e complexo portuário, e, gostaria de contar sempre com o envio de sugestões por parte da sociedade junto as reuniões do CAP”, destacou a presidente da entidade, Flavia Nico Vasconcelos.

Na ocasião, compuseram a mesa de autoridades, representantes da Superintendência do Porto de Itajaí, Delegacia da Capitania de Portos de Itajaí (Marinha), Secretaria Estadual de Portos, Aeroportos e Ferrovias, Intersindical Patronal por meio de categorias diversas dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPAs) e Mapa/Vigiagro (Unidade de Vigilância Agropecuária Internacional).

Participaram ainda do encontro, representantes da Praticagem, Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Itajaí (Comissão de Direito Portuário) e OAB Seccional de Santa Catarina, Universidade do Vale do Itajaí (Univali), representantes de Sindicatos de Classe, representantes de TUPs (Terminais de Uso Privado), Portonave e SC Portos, e Prefeitura Municipal de Navegantes, estando representada pelo prefeito Liba Fronza.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 04/10/2023

## PORTO DO PECÉM QUER INVESTIR EM ELETROLISADORES PARA PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO VERDE

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, afirmou que indústria seria vinculada ao H2V

Por: *ATribuna.com.br*



*Além do governador Elmano de Freitas, visitaram o Porto do Pecém o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro da Educação, Camilo Santana Foto: Divulgação/CIPP*

O Complexo Industrial do Porto do Pecém (CIPP) poderá produzir eletrolisadores a partir de uma indústria vinculada à produção de hidrogênio verde (H2V). Os investimentos estão nos planos de implantação do hub de hidrogênio verde no porto-indústria, segundo o Governo do Estado do Ceará, que administra o ativo.

O anúncio foi feito pelo governador Elmano de Freitas, na última sexta-feira (29), durante visita ao Porto do Pecém. Estavam presentes ainda o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro da Educação, Camilo Santana. As autoridades foram recepcionadas pelo presidente do CIPP, Hugo Figueiredo, e pelo presidente da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, Eduardo Neves.

“Além da produção de hidrogênio verde, o Estado também já estuda e negocia a produção de eletrolisadores, que seria uma indústria vinculada ao H2V. O objetivo é investir em empreendimentos de toda a cadeia do Hidrogênio, no Porto do Pecém. Já possuímos, inclusive, com os aerogeradores, por exemplo. Queremos desenvolver toda essa cadeia para que a nova indústria verde seja ainda mais completa e robusta no Ceará”, ressaltou.

Já o vice-presidente Geraldo Alckmin observou o potencial do porto-indústria. “Esse é o futuro. É a realização da neo-industrialização de energia limpa e energia renovável, produzindo um hidrogênio que vai atender o mundo. Aqui, um hub de hidrogênio verde, atraindo investimento industrial”, salientou.

“Todos que conhecem o Complexo do Pecém ficam encantados com o potencial, principalmente por conta de sua infraestrutura e custo operacional. Maior exemplo desse potencial é a parceria com o Porto de Roterdã, que não teria vindo ao Ceará se não tivesse apostado nessa localização privilegiada, com calado natural e demais vantagens”, ressaltou Camilo.

### Hidrogênio Verde

Com as recentes aprovações, tanto da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), que aprovou o financiamento de US\$ 90 milhões para investimento no CIPP, quanto do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), que aprovou a implementação do Hub de Hidrogênio Verde no Complexo do Pecém, essa nova realidade de investimentos em torno da produção de H2V tornou-se ainda mais realidade.

“Já temos 32 memorandos de entendimento assinados para investimentos de Hidrogênio Verde, englobando várias etapas da cadeia produtiva, da produção ao transporte, incluindo a parte logística. São empresas de diversos locais do mundo, incluindo Europa, América do Norte, Ásia, Austrália e do Brasil. Nossos esforços são para converter esses memorandos em ação, em projetos”, pontuou o presidente do CIPP, Hugo Figueiredo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 04/10/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

## ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

### DEFINIDO O PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA DO CANAL DE ACESSO DO PORTO DE PARANAGUÁ

Data da audiência pública da primeira concessão de canal de acesso do país será marcada em momento posterior



***Essa será a primeira concessão de Canal de Acesso Portuário do Brasil***

Brasília 04/10/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) definiu o período da Consulta Pública 07/2023, que visará ao recebimento de contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório para a concessão do acesso aquaviário (canal de acesso) ao Porto de Paranaguá (PR).

O período de contribuições será iniciado na próxima segunda-feira (9) e seguirá até o dia 22 de novembro. As informações foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) da terça-feira (26/09). O ciclo de consulta prevê a realização de audiência pública, na forma presencial ou telepresencial, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Esta é a primeira proposta de concessão de canal de acesso portuário do país. As diretrizes seguem de acordo com a política estabelecida pelo governo de concessão de canal de acesso.

O modelo é baseado no entendimento de que o projeto mitigará riscos, uma vez que o contrato traz previsibilidade da receita (pagamento pelo usuário, em função do fluxo de movimentação do porto) e diminui o chamado “custo Brasil” (uma vez que as receitas são independentes do Orçamento Geral da União).

Outro benefício é a estruturação de uma profundidade adequada do canal de acesso, o que potencializa a receita do concessionário, atração de novos players (armadores, empresas de navegação, donos de terminais etc.) e diluição dos custos de mobilização e desmobilização.

A proposta prevê que o prazo contratual seja de 25 anos, com assunção da área prevista para o ano de 2024 e possibilidade de prorrogações sucessivas até o limite de 70 anos. A estimativa do Capex é de R\$ 1,07 bilhão, do Opex de R\$ 2,35 bilhões e da receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

Minutas jurídicas e documentos técnicos



As minutas jurídicas e os documentos técnicos objeto do presente aviso de audiência pública estarão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/antaaq/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/participacao-social/>

Serão consideradas pela Agência apenas as contribuições, subsídios e sugestões que tenham por objeto as minutas colocadas em consulta e audiência públicas.

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 22/11/2023, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no sítio <https://www.gov.br/antaaq/pt-br>, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido, exclusivamente através do e-mail [anexo\\_audiencia072023@antaaq.gov.br](mailto:anexo_audiencia072023@antaaq.gov.br), mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso, anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos, sendo que as contribuições em texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

As contribuições recebidas na forma deste aviso serão disponibilizadas aos interessados no sítio da Agência: <https://www.gov.br/antaaq/pt-br>

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários*

*Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

*Fone: (61) 2029-6520*

*FAX: (61) 2029-6517*

*E-mail: [asc@antaaq.gov.br](mailto:asc@antaaq.gov.br)*

*Data: 04/10/2023*

## **INSTITUCIONAL - NOTA À IMPRENSA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA TERMINAL DO PORTO DE ITAJAÍ (SC)**

Após análises e diligências, Comissão Permanente de Licitação de Arrendamentos da ANTAQ desclassifica a empresa MMS Empreendimentos Ltda. e convoca segunda colocada.

Brasília 02/10/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários informa que o Processo Seletivo nº 01/2023-ANTAQ, realizado no último dia 13 de setembro, seguiu rito simplificado de seleção da melhor proposta para a celebração de contrato de arrendamento transitório destinado à movimentação de carga containerizada e carga geral em área do Porto Organizado de Itajaí/SC.

Dentre as propostas apresentadas, a proponente MMS Empreendimentos LTDA. foi a que apresentou o maior montante, 66.600 TEU's/mês, motivo pelo qual foi convocada pela CPLA para apresentar a documentação referente à habilitação, bem como esclarecimentos quanto à exequibilidade de sua proposta.

Entretanto, a empresa MMS não demonstrou que seria capaz de executar sua proposta de movimentar 66.600 TEU's/mês, principalmente considerando que:

- a) a proposta classificada em primeiro lugar é 48% maior do que a capacidade instalada do terminal nas condições atuais (540 mil TEUs/ano);
- b) a proposta classificada em primeiro lugar apresentou uma variação 130% superior em relação à média das propostas.

Em processos licitatórios, as comissões de licitações devem obrigatoriamente avaliar se as propostas apresentadas são exequíveis, ou seja, se de fato são firmes, para se ter segurança de que a vencedora da licitação é aquela com maior vantajosidade para a Administração Pública.



O posicionamento da CPLA foi respaldado em pareceres da Superintendência de Outorgas da Agência quanto aos aspectos operacionais e de viabilidade técnica e econômica da proposta, bem como da Procuradoria Federal da ANTAQ, no que diz respeito à legalidade dos atos praticados na condução da licitação.

### Confira aqui a decisão

<https://www.gov.br/antag/pt-br/noticias/2023/nota-a-imprensa-2013-processo-seletivo-simplificado-para-terminal-do-porto-de-itajai-sc/DivulgaodeDecisoCPLA.pdf>

### Próximos passos

Seguindo os passos previstos no Edital, a ANTAQ convoca a próxima empresa classificada a apresentar a documentação exigida para a habilitação.

De acordo com o Edital, haverá uma fase única de recurso para todos os participantes do certame, cujo calendário será divulgado pela CPLA no site do **Processo Seletivo**.

<https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/leiloes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários  
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: [asc@antag.gov.br](mailto:asc@antag.gov.br)

Data: 04/10/2023

## GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

### MOBILIZADO POR CONTA DA ESTIAGEM QUE AFETA O NORTE DO PAÍS, GOVERNO FEDERAL INICIA SERVIÇO DE DRAGAGEM NO RIO SOLIMÕES

Ministro Costa Filho irá assinar nesta quarta-feira (04) a Ordem de Serviço para o início imediato dos trabalhos



Em razão da estiagem histórica que vem assolando o Norte do país, em especial os estados do Amazonas e Rondônia, o Governo Federal decidiu antecipar para esta quarta-feira (4) o início das obras emergenciais de dragagem no canal de navegação do Rio Solimões, entre as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant (AM).

A Ordem de Serviço para o início imediato dos trabalhos será assinada amanhã pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A decisão foi anunciada pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, durante reunião interministerial realizada na tarde desta terça-feira (3), na qual esteve presente o ministro Costa Filho. Essa foi uma das ações confirmadas durante o encontro, que teve também a confirmação da visita técnica aos locais mais afetados do Norte.

O serviço de dragagem no Rio Solimões será realizado ao longo de oito quilômetros de extensão, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). A previsão é que a dragagem, que custará cerca de R\$ 38 milhões, dure cerca de 30 dias. Nesse período, o DNIT vai monitorar o Rio Solimões, para identificar se há necessidade de serviços em outros pontos.

“A expectativa, sob orientação do presidente Lula, é que a gente possa trabalhar de maneira coletiva e integrada, para enfrentarmos os desafios impostos pela seca na região, com o objetivo de atender a população dos municípios mais afetados e, sobretudo, para minimizar os impactos no escoamento da produção e no transporte de medicamentos e equipamentos de saúde”, destacou o ministro Costa Filho.

### Mais obras e visita

Outra ação a ser adotada pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOr) é a realização da dragagem nas regiões do Tabocal e da foz do Rio Madeira. O Governo Federal vai investir R\$100 milhões na dragagem ao longo de 12 quilômetros de extensão, que deverá ter início na segunda quinzena de deste mês. A estimativa é que o contrato para essa obra seja assinado nos próximos dias.

Liderado pelo vice-presidente Alckmin, o Governo Federal vai visitar a região assolada pela seca no Norte do país nesta quarta-feira (04). Além do ministro Costa Filho, a comitiva deve contar com os ministros dos Transportes, Minas e Energia, Meio Ambiente, Integração e do Desenvolvimento Regional, dos Povos Indígenas, entre outras autoridades.

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF  
Data: 04/10/2023*

## NO RIO, COSTA FILHO ANUNCIA RECURSOS PARA OBRAS NO SANTOS DUMONT, VISITA O GALEÃO E BUSCA INVESTIMENTOS SAUDITAS NO BRASIL

O Aeroporto Santos Dumont deve receber cerca de R\$ 170 milhões em obras



Um dia após o início gradual da redução de voos no Aeroporto Santos Dumont (RJ), o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou, durante visita ao Rio de Janeiro nesta segunda-feira (02), o lançamento do edital de licitação para obras de modernização, como melhorias nas pistas de taxiamento, pátio de aeronaves e terminal de passageiros, além da implantação do EMAS, sigla em inglês para um sistema de desaceleração de aeronaves, no terminal.

“O EMAS é uma obra importante para o Santos Dumont, que é limitado, fisicamente, pela Baía de Guanabara. O investimento de R\$170 milhões no terminal vai garantir uma segurança aeroportuária ainda maior”, destacou Costa Filho.

A restrição de voos no Santos Dumont e, conseqüentemente, a ampliação de rotas no Aeroporto Internacional do Galeão - Tom Jobim, seguem as diretrizes do MPOr.

Em agosto de 2023, o então ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, assinou uma Resolução que determina que as operações no Santos Dumont devem ser planejadas observando a distância máxima de 400 quilômetros de seu destino ou origem, em aeroportos de voos domésticos. Os terminais que se encaixam nesse perfil são Congonhas (SP) e Pampulha (BH).

A determinação deve ser adotada a partir de 02 de janeiro de 2024, para permitir a adequação da malha por parte das empresas aéreas, minimizando, assim, o impacto sobre os passageiros.

Pensando nisso, o ministro Costa Filho também fez uma visita técnica ao Aeroporto do Galeão e, posteriormente, se encontrou com o prefeito da cidade, Eduardo Paes.

“Nós queremos construir a agenda do presente e do futuro de maneira coletiva, essa é a orientação do Governo Federal. Nós vamos, a partir de hoje, analisar a Resolução no sentido de ampliar a operação para Brasília, para fortalecer ainda mais o Galeão. Essa é uma decisão também do prefeito Eduardo Paes”, disse o ministro de Portos e Aeroportos.

Em setembro, o Santos Dumont registrou 5.028 decolagens e a projeção da ANAC (Agência Nacional de Aviação Civil) para o próximo trimestre é de menos de 4 mil frequências de voos por mês.

Já o Aeroporto Internacional do Galeão terá um aumento no número de voos e operará para novos destinos. Em setembro, o Galeão teve 1.902 decolagens e a expectativa da ANAC é que esse número chegue a quase 3 mil em dezembro de 2023.

### **Brasil-Arábia Saudita**

Ainda no Rio de Janeiro, o ministro de Portos e Aeroportos participou da Conferência Brasil-Arábia Saudita sobre Aviação.

O Brasil é o segundo país com maior índice de competitividade do mercado de transporte aéreo na região da América Latina e do Caribe, segundo dados da ALTA (Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo). O mercado brasileiro é bastante forte, tendo registrado transporte médio de 82,2 milhões de passageiros em voos domésticos e 15,6 milhões de passageiros em voos internacionais em 2022.

Tendo em vista esse cenário, há interesse de aproximação da Arábia Saudita com o Brasil. A Arábia Saudita, que anunciou a constituição de uma segunda empresa aérea nacional, tem planos de expansão para mais de 100 destinos internacionais até 2030, entre eles está o Brasil.

“É fundamental que cada vez mais a gente possa apresentar o Brasil ao mundo para trazermos investimentos internacionais, buscando crescimento econômico e, sobretudo, a geração de emprego e renda”, afirmou Costa Filho.

Participam também do evento, que é organizado pela ANAC, os ministros Rui Costa e Waldez Góes, da Casa Civil e Desenvolvimento Regional, respectivamente, o presidente da ANAC, Tiago Pereira, autoridades sauditas e executivos do setor aéreo privado. A Conferência termina nesta terça-feira (03).

*Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF*

*Data: 04/10/2023*

## **GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF**

### **LIBERADA PELO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, TRAVESSIA DE TIANGUÁ (CE) BENEFICIARÁ 170 MIL PESSOAS NO NOROESTE CEARENSE**

“Uma obra como essa, que atende uma demanda antiga dos moradores da região, ajuda muito no desenvolvimento da cidade, protege vidas e melhora a mobilidade em uma área de grande relevância regional para o estado”, afirmou o ministro dos Transportes, Renan Filho



*Liberação ocorreu em evento híbrido no Ministério dos Transportes - Foto: Vosmar Rosa/MT*

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, liberou nesta quarta-feira (4) o trânsito após a conclusão das obras da Travessia Urbana de Tianguá, na BR-222/CE. Com um custo total em torno de R\$ 96 milhões, o empreendimento só foi concluído e entregue à população do Ceará graças à aprovação da Emenda Constitucional do Bolsa Família, que permitiu a manutenção de programas sociais e a recomposição do orçamento em infraestrutura.



“Uma obra como essa, além de atender a uma demanda antiga dos moradores da região, ajuda muito no desenvolvimento da cidade, facilitando o transporte de cargas e passageiros, protege vidas e melhora a mobilidade, sobretudo em uma área de grande relevância regional para o estado,” destacou o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante solenidade de entrega, em Brasília (DF).

Cerca de 170 mil habitantes do Ceará, considerando a população dos municípios de Tianguá, Viçosa do Ceará e Ubajara, importantes polos econômicos da região da Serra de Ibiapaba, serão diretamente impactados pelo empreendimento. As obras remanescentes de adequação de capacidade e eliminação de pontos críticos contaram com a duplicação de 6,55 quilômetros da rodovia federal.

### Quais são os objetivos e as intervenções?

- A obra estava completamente parada por falta de verba em janeiro de 2023;
- Melhorar o fluxo viário na região com o novo segmento duplicado, que engloba o entroncamento com a rodovia estadual CE-187 e faz a interligação de Tianguá à capital, Fortaleza, além de conectar o estado ao Piauí, Maranhão e à Região Norte;
- Para isso, a pista antiga existente foi restaurada;
- Execução de duas vias marginais segregadas das pistas principais, com a construção e calçadas e ciclofaixas nos segmentos mais urbanizados;
- Implantação de uma passarela e de dois viadutos;
- Serviços e melhorias como terraplanagem, drenagem superficial, galerias interligadas, contenção de terra armada, plantio de gramíneas e proteção ao meio ambiente;
- Sinalização vertical e horizontal.

### Integração

Presente na cerimônia por videochamada, o governador do Ceará, Elmano de Freitas, definiu a entrega como um resultado da integração entre os poderes. “Voltamos a ter o diálogo entre o Governo Federal, o governo estadual, as prefeituras e os parlamentares, para juntos fazermos mais para o povo cearense. Essa obra é extremamente importante para toda a nossa região, principalmente para a Serra da Ibiapaba, mas também para a integração com outros estados do Nordeste e com o Norte do país”, reforçou.

Também participaram da solenidade híbrida o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão; o superintendente do DNIT no Ceará, Francisco William Cabral Filho; o vice-prefeito de Tianguá, Alex Nunes; e parlamentares da bancada federal do Ceará no Congresso Nacional.

### Retomada

Iniciadas em 2009, as obras sofreram diversos atrasos a partir de 2012 e se encontravam paralisadas até o início de 2023, quando os trabalhos foram retomados graças aos recursos da PEC da Transição. Com isso, os estados tiveram um incremento considerável no orçamento para a manutenção e construção de rodovias em 2023. O Ceará, por exemplo, neste ano conta com R\$ 673,4 milhões em recursos federais, montante mais de 3 vezes maior do que o que foi pago em 2022 pela gestão anterior.

Além disso, o estado conta com 11 projetos de transporte rodoviário e ferroviário incluídos no novo PAC, que prevê um total de investimentos na ordem de R\$ 49,1 bilhões para o Nordeste.

### Confira abaixo a lista de empreendimentos do Ceará:

- Adequação do Anel Rodoviário de Fortaleza – BR-020/CE
- Adequação da BR-116/CE – Caucaia – Acesso Pecém
- Duplicação da BR-116/CE – Boqueirão do Cesário – Tabuleiro do Norte
- Duplicação da BR-116/CE – Pacajus – Boqueirão do Cesário
- Restauração da BR-116/CE

- Projeto de adequação da BR-020/CE
- Projeto de adequação da BR-437/CE
- Estudo para concessão da BR-101/116/304/PB/RN/CE
- Estudo para concessão da BR-116/PE/PB/CE
- Estudo de novas concessões da Malha Nordeste
- Obra da Ferrovia Transnordestina

**Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF**  
**Data: 04/10/2023**

## RODOVIAS - EDITAL DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PERMITIRÁ CONSTRUÇÃO DE NOVA LIGAÇÃO ENTRE PENEDO (AL) E NEÓPOLIS (SE)

“Essa obra representa um impulso no desenvolvimento do Nordeste, favorecendo o escoamento da produção local e impulsionando o turismo de toda a região”, declarou o ministro dos Transportes, Renan Filho. Estrutura vai fortalecer turismo no baixo São Francisco



**Ministros e governadores assinaram o edital de licitação da ponte - Foto: Marcio Ferreira/MT**

Atendendo à uma demanda histórica da população de Alagoas e de Sergipe, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, lançou nesta terça-feira (3) o edital de licitação que permitirá a construção de uma nova ponte rodoviária entre os estados, ligando os municípios de Penedo (AL) e Neópolis (SE). Erguida na BR-349/AL/SE, sob o Rio São Francisco, a estrutura será fundamental para aumentar a segurança viária no deslocamento dos milhares de habitantes das duas

regiões e, conseqüentemente, melhorar a integração no Nordeste.

“Essa obra representa um impulso no desenvolvimento do Nordeste e o início de uma nova etapa para os dois estados. Por meio dela, a produção regional poderá ser transportada com mais facilidade, aquecendo a economia local, além do impacto positivo para o turismo do sul de Alagoas e do norte de Sergipe, gerando mais empregos e renda para os dois estados”, disse o ministro dos Transportes, Renan Filho, durante solenidade em Brasília.

Por meio do Regime Integrado Diferenciado de Contratação (RIDC), a construção terá como resultado a facilidade no escoamento de produtos e o aumento do fluxo de turistas que passam por toda a área de influência. Este modelo permite que a mesma empresa elabore o projeto e depois seja responsável pela construção da ponte, que trará como benefício a diversificação de serviços como o artesanato, comércio local, gastronomia e hotelaria.

O projeto de implantação da ponte também está em sintonia com os programas que visam à melhoria da qualidade ambiental do Rio São Francisco, alinhado às melhores práticas de sustentabilidade, importante diretriz da gestão. No total, a estimativa é de R\$ 300 milhões em investimentos previstos no empreendimento e o prazo estimado para a execução das obras é de 36 meses após a assinatura do contrato com a empresa responsável.

### Impacto

Os benefícios da obra irão além das regiões impactadas diretamente, que vai além da união de Sergipe e Alagoas.

- “Com essa ponte, o cidadão pode sair da Bahia e chegar a Pernambuco pelo litoral, incrementando o turismo em parte significativa do Nordeste brasileiro”, explicou o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, presente na solenidade de lançamento;



- Sustentabilidade. “É o que o mundo exige e o que estamos fazendo com essa obra. A ponte de integração vai fomentar a região do Baixo São Francisco, que agora estará mais fortalecido”, acrescentou o governador de Alagoas, Paulo Dantas.
- Desenvolvimento econômico. “Turismo é emprego. Uma obra como essa representa mais oportunidade e, conseqüentemente, mais dignidade para a população” defendeu o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri.

### Estrutura

De acordo com o projeto elaborado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a estrutura estará localizada entre as rodovias estaduais AL-225 e SE-335:

- Ponte sobre o Rio São Francisco: 1,18 quilômetro;
- Alças para os acessos e retornos: 3,3 quilômetros;
- Duas passagens de pedestres e ciclistas de 2,3 metros;
- Vão de navegação estimado de 150 metros;
- Duas faixas de rolamento com 3,6 metros.

Também participaram da solenidade o diretor-geral do DNIT, Fabricio Galvão; os prefeitos de Penedo (AL), Ronaldo Pereira Lopes; de Neópolis (SE), Celio Lemos Bezerra; e de municípios da área de influência; parlamentares das câmaras legislativas dos dois estados; além de parlamentares das bancadas federais dos dois estados no Congresso Nacional.

### Mais investimentos

O entendimento do Governo Federal de que o investimento em infraestrutura de transportes deve ser uma política pública de destaque permitiu a retomada de uma série de iniciativas em todo o país, incluindo Alagoas e Sergipe. Ambos os estados estão com 100% da malha viária coberta por contratos de manutenção e conservação. Os estados tiveram um incremento considerável no orçamento para a manutenção e construção de rodovias em 2023.

#### **Alagoas:**

- R\$ 436,4 milhões - montante é 3,3 vezes o valor que foi pago em 2022, pela gestão anterior;
- Novo PAC: R\$ 1,8 bilhão para projetos de rodovias e ferrovias;

#### **Sergipe:**

- R\$ 302,7 milhões - orçamento 4 vezes maior que o investimento em 2022;
- Novo PAC: R\$ 1,3 bilhão para projetos de rodovias e ferrovias.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 04/10/2023



**BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**EDITORIAL – INVESTIMENTO FERROVIÁRIO, UM PASSO ESSENCIAL**

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

Nesta terça-feira, o serviço ferroviário no Porto de Santos (SP) foi repassado para a empresa denominada Ferrovia Interna do Porto de Santos ou, simplesmente, Fips. A companhia, formada pelas operadoras VLI, MRS Logística e Rumo S/A, tem como principal objetivo modernizar a infraestrutura férrea do cais santista, com investimentos que vão ultrapassar a marca de R\$ 1 bilhão. O início de suas atividades operacionais é um passo significativo no sentido de impulsionar a infraestrutura de transporte do principal porto do País e, conseqüentemente, do comércio exterior do Brasil, fortalecendo o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade nacionais.



Hoje, o transporte ferroviário já desempenha um papel essencial na movimentação de mercadorias, sendo particularmente relevante no contexto da crescente demanda do agronegócio. A movimentação de cargas pelas ferrovias no Porto de Santos já alcança impressionantes 50 milhões de toneladas por ano. Com o novo contrato da Fips, a expectativa é que esse número possa dobrar, atingindo a marca de 120 milhões de toneladas por ano nos próximos cinco a dez anos.

Essa expansão é vital por várias razões. Primeiro, o transporte ferroviário é ambientalmente mais sustentável do que o transporte rodoviário, contribuindo para a redução da poluição do ar e do tráfego rodoviário nas estradas já congestionadas. Além disso, o investimento no setor ferroviário oferece uma alternativa eficiente e econômica para o escoamento de cargas, aliviando a pressão sobre as estradas e melhorando a logística em todo o País. Por fim e não menos importante, a movimentação de mercadorias em Santos tende a aumentar fortemente nos próximos anos, em especial as operações de embarque das safras agrícolas, vindas do Centro-Oeste e que têm nos trens a opção de transporte ideal.

No entanto, para que essa visão se torne realidade, é essencial que haja um compromisso contínuo com investimentos em infraestrutura ferroviária. O transporte ferroviário, como qualquer outro modal, requer manutenção e modernização constantes. Isso inclui a expansão da rede ferroviária, melhorias na segurança e eficiência operacional e a integração com outros modos de transporte, como rodovias e portos.

O esgotamento do modal rodoviário, que atualmente responde por 70% do transporte de mercadorias no Brasil, torna ainda mais urgente o fortalecimento do transporte ferroviário. Os gargalos nas estradas têm impacto direto na competitividade do País, afetando os custos de produção e exportação. A modernização das ferrovias é a resposta a esse desafio, permitindo o escoamento eficiente das riquezas do Brasil para o mundo.

Em resumo, o compromisso renovado com o transporte ferroviário é um sinal positivo para o futuro do Brasil. Os investimentos planejados e a visão estratégica de melhorar a malha ferroviária são essenciais para impulsionar a economia, preservar o meio ambiente e criar uma infraestrutura de transporte robusta e eficiente. Este é um passo na direção certa e deve ser acompanhado por um compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável do País.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 04/10/2023*

## **NACIONAL - HUB – CURTAS**

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO** E COLABORADORES [leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br](mailto:leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br)

### **DRAGAGEM 1**

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) vai apurar quais os trechos de rios na região Norte que demandam obras de dragagem, para garantir o transporte hidroviário em sua área. A medida, necessária devido à seca que atinge essa parte do Brasil, foi anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho, nessa terça-feira. O relatório do Dnit deve ser concluído em até 15 dias

### **DRAGAGEM 2**

Costa Filho também informou que seu ministério já avalia criar um plano nacional de investimento em dragagem, a fim de mitigar os efeitos climáticos nos estados do Norte. “Nesses próximos três anos, a tendência é de seca naquela região e a gente já estava desenhando dentro do próprio governo, ao lado do nosso ministro Waldez Góes (Desenvolvimento Regional) de maneira integrada, para ter um plano de ação de dragagem nos nossos rios e nas hidrovias”, afirmou.

### **DRAGAGEM 3**

Horas antes, o vice-presidente e ministro de Desenvolvimento, Indústria, Serviços e Comércio Exterior, Geraldo Alckmin, divulgou que as primeiras dragagens serão feitas em um trecho de 8 km

do rio Solimões e em outro de 12 km no rio Madeira. O primeiro terá início com um investimento em R\$ 38 milhões. O 2º terá um aporte de R\$ 100 milhões e deve ser iniciado em 20 dias.

### **PARANAGUÁ 1**

A consulta pública referente ao processo de concessão do canal do Porto de Paranaguá (PR) terá início no próximo dia 9 (segunda-feira da próxima semana). E continuará até o dia 22 deste mês. Nesse período, será feita a audiência pública.

### **PARANAGUÁ 2**

A concessão do canal de Paranaguá será válida por 25 anos, prazo que pode ser ampliado até 70 anos. A empresa vencedora tem uma esmava de Capex de R\$ 1,07 bilhão, de Opex (despesa operacional) de R\$ 2,35 bilhões e de receita bruta global de R\$ 8,85 bilhões.

### **SUBMARINO NUCLEAR**

A Marinha do Brasil vai iniciar os testes para a construção do primeiro submarino nuclear do País. Nesta quarta-feira, a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha fará uma cerimônia para o corte da primeira chapa da denominada sessão de qualificação, começando as fases de testes para verificar se o projeto nuclear é viável.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**  
Data: 04/10/2023

## **HIDROVIAS - CÂMARA DOS DEPUTADOS VOLTA A DISCUTIR A REGULAMENTAÇÃO DA PRATICAGEM NO BRASIL**

Segundo deputado que propôs a audiência, o debate sobre o assunto não avançou no parlamento  
Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



*O deputado federal Cezinha de Madureira espera que o debate forneça aos parlamentares informações substanciais para embasar suas decisões acerca do projeto de lei Crédito: Divulgação/Câmara dos Deputados*

A Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados vai discutir nesta quarta-feira, dia 4, a regulamentação da praticagem no Brasil. O requerimento é do deputado Cezinha de

Madureira (PSD-SP) que ressaltou que, apesar de a discussão não ser nova, ela não avançou no parlamento.

“Apesar da relevância do tema, ele tem sido objeto de discussão nesta Câmara dos Deputados por um longo período, sem que haja uma efetiva apreciação da matéria. Diante disso, acredito que a realização de uma audiência pública se faz necessária, oportunidade que proporcionará a troca de informações e a busca de soluções pelos diversos segmentos envolvidos na prestação de serviços de praticagem”, disse Cezinha de Madureira.

Entre os representantes confirmados estão Dino Antunes, diretor do Departamento de Navegação e Hidrovias do Ministério de Portos e Aeroportos; José Renato Ribas Fialho, superintendente de Regulação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Wagner Ferreira Cardoso, gerente executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Murillo de Moraes Barbosa, diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); e Jesualdo Conceição da Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP).



“Através deste debate, pretendemos nortear o entendimento dos nobres parlamentares, fornecendo informações substanciais para embasar suas decisões acerca deste projeto de lei de extrema relevância”, ressaltou o deputado Cezinha de Madureira.

No final de agosto deste ano, na Comissão de Serviço Público e Administração da Câmara, o diretor de portos e costas (DPC), Sergio Renato Berna Salgueirinho, afirmou que a autoridade marítima defende a proposição de que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) assumira o papel de regulador econômico.

Dois projetos que estão na Câmara dos Deputados sugerem o papel regulador da autarquia. O projeto de lei 4.392/2020, do deputado Alceu Moreira (MDB-RS) e o projeto de lei 757/2022, editado pelo Governo Federal na gestão passada.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/10/2023**

## **NACIONAL - NÃO EXPLORAR A MARGEM EQUATORIAL RESULTA VOLTAR A IMPORTAR ÓLEO BRUTO**

Rodolfo Saboia esteve na Comissão de Infraestrutura do Senado defendendo a extração de petróleo da região

Por **MARÍLIA SENA** [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



**Rodolfo Saboia afirmou durante a audiência na Comissão que não adianta “pensar numa transição energética em que seja possível parar de produzir petróleo repentinamente”** **Crédito: Divulgação/Câmara**

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Rodolfo Saboia, disse aos membros da Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado nesta terça-feira, dia 3, que a exploração de petróleo na Margem Equatorial, região da costa do Amapá até o litoral do Rio Grande do Norte é importante para

que o Brasil não volte a importar óleo bruto.

Ele classificou a ação de permitir a exploração da área como “decisão estratégica muito relevante”. “É nesse sentido que a exploração da Margem Equatorial ganha relevância. É a única nova fronteira com perspectiva de substituir hoje a produção que vem do pré-sal”, afirmou Rodolfo Saboia.

Segundo o diretor, explorar ou não a Margem Equatorial “será basicamente a escolha entre continuar exportando 1,5 milhão de barris por dia ou voltarmos a sermos importadores se nada fizermos”, apontou. A produção nacional atualmente é de 3,5 milhões de barris por dia.

Saboia afirmou que não adianta “pensar numa transição energética em que seja possível parar de produzir petróleo repentinamente”. Para ele, é necessário combater a demanda por fósseis com substituição por energia renovável.

“Suprimir a oferta só vai resultar em elevação dos custos da energia”, disse Rodolfo Saboia. Na visão dele, o efeito dessa medida atingirá especialmente os “mais pobres”.

A exploração da Margem Equatorial divide opiniões entre integrantes do Governo. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, divergem sobre o uso da área.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença ambiental para a exploração da área em maio deste ano. Desde então, Alexandre Silveira vem defendendo o avanço das pesquisas para a comprovação da viabilidade econômica das reservas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2023

## NACIONAL - ALCKMIN ANUNCIA R\$ 138 MILHÕES PARA DRAGAGEM DOS RIOS SOLIMÕES E MADEIRA

Medidas do Governo visam mitigar os transtornos causados pela estiagem na região Norte do país

Por MARÍLIA SENA [marilia@portalbenews.com.br](mailto:marilia@portalbenews.com.br)



*O vice-presidente Geraldo Alckmin disse durante coletiva de imprensa em São Paulo que irá liderar uma comitiva com pelo menos oito ministros nesta quarta-feira, no Amazonas Crédito: Divulgação/MDIC*

**O PRESIDENTE LULA PEDIU PRA QUE EU FOSSE AO AMAZONAS EM RAZÃO DO PROBLEMA DA SECA QUE A REGIÃO ESTÁ ENFRENTANDO, COM CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E TAMBÉM ECONÔMICAS”**

**GERALDO ALCKMIN**  
vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou duas obras de dragagem nesta terça-feira, dia 3, para conter os estragos da estiagem na região Norte do país. O valor total de investimentos é de R\$ 138 milhões.

Uma será no Rio Solimões, com o custo total de R\$ 38 milhões, e terá ordem de serviço dada amanhã e deverá estar concluída em 30 dias. Outra, no Rio Madeira, estimada em R\$ 100 milhões, que terá ordem de serviço dada em 15 dias e deverá ser concluída em 45 dias.

“As dragas demoram em torno de oito a 10 dias para chegar. Então, todas essas ações demoram em torno de 30, 40, 60 dias. Além disso, como estamos tendo o El Niño, a tendência é de seca naquela região nos próximos três anos, estamos desenhando dentro do Governo para os próximos três anos um plano de ação de investimento em dragagens e nas nossas hidrovias”, informou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

O rio Tapajós, que nunca passou por um processo de dragagem, está precisando do processo de desobstrução. O rio leva cargas para os portos de Santarém, Santana e Barcarena.

Recentemente, um trecho do rio Madeira entre Porto Velho (RO) e Manicoré (AM) passou pela mesma manutenção, que consiste na limpeza, desobstrução, alargamento e escavação de material no fundo do rio para aumentar a via navegável.

Segundo Alckmin, uma comitiva com pelo menos oito ministros viaja nesta quarta-feira, 4, para o Amazonas por conta da seca. “O presidente Lula pediu pra que eu fosse ao Amazonas em razão do problema da seca que a região está enfrentando, com consequências sociais e também econômicas”, informou o vice-presidente em coletiva de imprensa em São Paulo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2023

## COMÉRCIO EXTERIOR - SANTOS BRASIL VAI APOIAR 58 PROJETOS SOCIAIS E EVENTOS EM 2024

Investimentos ultrapassam R\$ 4 milhões e irão beneficiar cerca de 100 mil pessoas  
DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)



**Serão 58 projetos e eventos voltados à cultura, educação e esporte nas cidades onde a empresa mantém operações no país, somando mais de R\$ 4 milhões de investimentos Crédito: Divulgação/Santos Brasil**

A empresa de operações portuárias e logística Santos Brasil vai apoiar em 2024, por meio de leis de incentivo municipais e federais, 58 projetos e eventos voltados à cultura, educação – incluindo educação ambiental – e esporte nas cidades onde mantém operações no país, somando mais de R\$ 4 milhões de investimentos.

A escolha aconteceu a partir do 2º Edital de Projetos Incentivados realizado pela companhia. Foram recebidas 234 propostas de todo o Brasil, 8% a mais que no edital anterior. As inscrições foram feitas pela plataforma Prosas, sistema que conecta patrocinadores e empreendedores sociais.

Béatrice de Toledo Dupuy, gerente executiva de Comunicação Corporativa e Sustentabilidade da Santos Brasil, destaca que a iniciativa reforça o compromisso da empresa em apoiar ações que estimulam o desenvolvimento sustentável das comunidades onde está presente: Santos, Guarujá e São Bernardo do Campo (SP); Barcarena (PA); Imbituba (SC) e Itaqui (MA).

“Estamos muito felizes com o aumento das inscrições e, conseqüentemente, do número de projetos que serão atendidos. Estimamos que cerca de 100 mil pessoas serão impactadas de forma positiva com essas iniciativas”, disse Béatrice.

Segundo a Santos Brasil, a adesão a esse formato de edital tem o objetivo de ampliar o investimento social privado da empresa em todas as regiões onde atua e garantir ainda mais agilidade, eficiência e transparência aos processos que dizem respeito a patrocínios e doações, promovendo a governança social.

A companhia é signatária do Pacto Global da ONU desde 2013, está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e já assumiu, entre seus principais desafios, o compromisso de contribuir ativamente para a conservação do meio ambiente e para o desenvolvimento humano.

A lista dos projetos aprovados está publicada no site da empresa ([www.santosbrasil.com.br](http://www.santosbrasil.com.br)).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 04/10/2023

## FERROVIAS - FIPS INICIA CONCESSÃO NO PORTO DE SANTOS VISANDO ESCOAMENTO DO AGRO

Solenidade na Praça da Santa, na região portuária, inaugurou primeira locomotiva  
Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

Uma solenidade na tarde de terça-feira (3) marcou o início do novo contrato de cessão da malha ferroviária do Porto de Santos, a partir da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), no qual fazem parte a VLI, MRS Logística e a Rumo S/A. Com a nova gestão do modal, o Porto quer dobrar a sua movimentação de cargas pela linha férrea, assim podendo atender a alta demanda do agronegócio a partir do interior do Brasil.



**Serão 58 projetos e eventos voltados à cultura, educação e esporte nas cidades onde a empresa mantém operações no país, somando mais de R\$ 4 milhões de investimentos Crédito: Divulgação/Santos Brasil**

A operação da FIPS em Santos já iniciou no último domingo, mas ontem, a Autoridade Portuária de Santos e a cessionária que representa as três empresas fizeram uma cerimônia com o primeiro vagão, que fez uma parada na Praça da Santa, próximo ao terminal de passageiros (Concais).

Hoje, a movimentação de cargas pelas ferrovias no Porto de Santos bate 50 milhões de toneladas por ano. Com o novo contrato da FIPS, a expectativa é que esse número salte para 120 milhões por ano no prazo de 5 a 10 anos.

“É uma entrega muito positiva e representa um marco histórico para a logística brasileira. Conseguir reunir três empresas que concorriam entre si e encontrou-se um bom termo para a gestão de cargas no Porto de Santos. São esperados R\$ 1 bilhão de investimentos, com várias obras, são diversas contrapartidas estabelecidas a partir do contrato, justamente para amenizar o conflito permanente entre a logística e a necessidade das pessoas”, comentou Anderson Pomini, diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos.

Ainda segundo Pomini, a nova concessão e as melhorias previstas para o ramal ferroviário tem como um dos principais objetivos o escoamento para o interior do país, uma vez que o modal rodoviário encontra diversos gargalos.

“O modal rodoviário está esgotado, que representa 70% hoje, principalmente utilizado pelos caminhões para escoamento dos nossos produtos. O Porto de Santos funciona muito bem para importação e exportação, nossa dificuldade maior é encontrar soluções de logística para escoar produtos para o Interior do país, e vice-versa. A malha ferroviária se apresenta com essas condições, daí a importância desses investimentos previstos. É preciso que se encontre alternativas para a boa logística, levando em conta o esgotamento do modal rodoviário”, analisou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/10/2023**

## **CRONOGRAMA DE OBRAS DA SERÁ ENTREGUE NO PRAZO, DIZ PRESIDENTE DA FIPS**

Por **CÁSSIO LYRA** [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

O presidente da FIPS, João Almeida, afirmou que o cronograma de obras, que estão inclusos no caderno de obrigações a partir da assinatura do contrato, serão entregues à Autoridade Portuária dentro do prazo estabelecido.

“Esse cronograma de obras tem um prazo final até outubro para ser elaborado. Estamos trabalhando nele, e vamos cumprir o prazo e apresentar à Autoridade Portuária. O grande objetivo é dar prioridade para aquelas obras que, de fato, na largada agreguem valor para as operações, de imediato. Preocupação é segurança das pessoas, trazer o valor das operações e começar a pensar nos viadutos que resolvem o conflito rodoferroviário”, analisou.

Almeida explicou que a FIPS fará a apresentação quais das obrigações serão classificadas como prioridades para depois, em conjunto com a APS, sejam enumeradas a organização do cronograma das contrapartidas.

O contrato com a FIPS tem prazo de 35 anos, com a possibilidade de renovação. Nos primeiros cinco anos do vínculo, serão feitos investimentos de R\$ 891 milhões.

Entre as principais intervenções, são: Pátio ferroviário entre o canal 4 e a Ponta da Praia, dotado de 3 vias férreas para atendimento aos terminais de celulose; Viadutos para eliminação de passagem de nível na região do canal 4-Marinha; Passarelas de pedestres entre o canal 4 e Ponta da Praia; “Pera” ferroviária, dois viadutos e passarela na região de Outeirinhos e novo viário da 2ª entrada da margem direita do Porto de Santos, no Sabóó.

“Acompanhamos com muita proximidade às obras, tendo em vista que essas contrapartidas interferem nas operações portuárias”, comentou Pomini.

De acordo com o presidente da FIPS, a instalação da pèra ferroviária terá início no mês de novembro.

“Vamos iniciar a obra ainda com a Marimex na área. Então, a gente tem que ter muita responsabilidade no início da construção, de maneira que a gente respeite a empresa, que não traga nenhum tipo de impacto negativo na operação”, analisou.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/10/2023**

## AEROPORTOS - FUNCIONÁRIOS FAZEM GREVE POR USO DE CELULAR E ATRASAM VOOS NO AEROPORTO DE GUARULHOS

Trabalhadores estão proibidos de usar aparelho nas áreas de carga e descarga do terminal

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



**A concessionária que administra o Aeroporto de Guarulhos orientou que os passageiros procurassem as respectivas companhias aéreas para informações e status dos voos** Fotos: Rovena Rosa/Agência Brasil

Funcionários de empresas terceirizadas que prestam serviços no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, realizaram uma paralisação na terça-feira, dia 3, que causou atrasos e cancelamentos de voos durante todo o dia no terminal. O motivo da greve foi contra uma normativa da Receita Federal que proíbe uso de aparelho celular nas áreas de carga e descarga dos

terminais.

A mobilização dos funcionários teve início às 3h da manhã, quando o grupo se reuniu em diversos pontos do terminal. Eles alegaram que foram obrigados a assinar um documento sobre a restrição, apesar de não concordarem com a decisão da Receita Federal.

A medida que proíbe o uso de celular nas áreas de carga e descarga dos terminais durante a jornada de trabalho ocorreu após o episódio de troca de malas que levou duas brasileiras a serem presas erroneamente na Alemanha por tráfico de drogas, no mês de abril.

A categoria afirmou que é favorável ao uso do aparelho, para que os funcionários possam se conectar com familiares durante a jornada de trabalho, podendo assim se comunicar em situações de emergência. Os trabalhadores percorreram por diversas áreas do terminal, protestando contra a norma, e chegaram a distribuir panfletos para clientes do aeroporto explicando o motivo da paralisação.

Nas redes sociais, foram muitos os relatos de voos que chegaram a atrasar mais de cinco horas para decolar, fora algumas viagens que tiveram de ser canceladas.

A principal reclamação dos usuários do aeroporto foi a respeito do serviço de bagagens. Os trabalhadores que fazem o transporte de malas aos respectivos aviões não trabalharam durante boa parte do dia, ou seja, muitas pessoas embarcaram, mas sem os seus pertences.

Viralizaram nas redes sociais imagens de diversos aviões estacionados em Guarulhos, mas com poucas pessoas fazendo o trabalho de pista.

Por meio de nota, a concessionária GRU Airport, que administra o Aeroporto Internacional de São Paulo, informou que “devido à paralisação de parte do trabalhadores terceirizados que prestam serviço no pátio e à greve de metrô e CPTM, na terça-feira, foi iniciada a operação em contingência conforme protocolo pré-definido”.

Durante toda a terça-feira a concessionária orientou que os passageiros procurassem as respectivas companhias aéreas para informações e status dos voos.

O BE News procurou a Receita Federal para falar a respeito da norma, mas não recebeu resposta até a publicação da reportagem.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/10/2023**

## AEROPORTOS - AEROPORTO DE FERNANDO DE NORONHA GANHARÁ NOVO TERMINAL DE PASSAGEIROS

Segundo o contrato de concessão, futuro empreendimento terá investimentos de R\$ 45 milhões  
Por Cássio Lyra [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)



*Desde 2011 a Dix administra o aeroporto de Fernando de Noronha, mas o contrato anterior não previa investimentos na ampliação da estação, e sim na manutenção da estrutura*  
**Crédito: Divulgação**

A Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura do Governo de Pernambuco e a Dix Aeroportos assinaram, na semana passada, o contrato de concessão para expansão, implantação de melhorias, exploração, operação e manutenção do aeroporto de Fernando de

Noronha. A concessionária vai dar início ao processo de construção de um novo terminal de passageiros, que terá um investimento total de R\$ 45 milhões.

A Dix foi a vencedora da licitação realizada em dezembro do ano passado ao ofertar um lance de R\$ 2,1 milhões no leilão do terminal que teve como lance mínimo inicial o valor de R\$ 889 mil. A concessão tem prazo de 25 anos com previsão de investimentos totais de cerca de R\$ 60 milhões.

Com a conclusão do processo de licitação e assinatura oficial do contrato, a concessionária vai trabalhar para viabilizar o novo empreendimento no aeroporto.

“Vamos providenciar a obtenção das licenças técnicas e ambientais, finalizar o detalhamento e aprovação do projeto arquitetônico e, então, dar início ao transporte do material para a ilha”, afirmou Manoel Ferreira, diretor da Dix.

Segundo o diretor da concessionária, após o período de vencimento dessas etapas, a construção do novo terminal de passageiros deverá ter início em julho do ano que vem.

“Nossa meta é realizar a obra em dois anos e meio. Com isso estaremos antecipando o prazo contratual para execução, que é de quatro anos”, afirmou.

Desde 2011 a Dix administra o aeroporto de Fernando de Noronha, que movimenta cerca de 300 mil passageiros por ano. Contudo, o contrato anterior tinha outra formatação e não previa investimentos na ampliação da estação, mas sim na manutenção da estrutura existente.

A empresa também irá investir cerca de R\$ 13 milhões na implantação de equipamentos de navegação aérea de última geração, na reforma de adequação do prédio do corpo de bombeiros e na aquisição de um novo caminhão de combate a incêndios.

Já as obras de reforma da pista, para permitir a volta da operação segura com jatos, estão sendo tocadas pelo Governo do Estado e deverão ficar prontas apenas no segundo semestre de 2024.

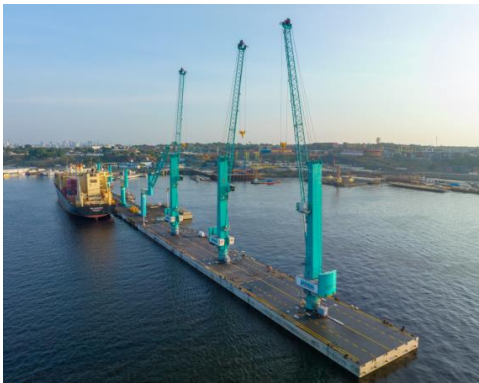
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 04/10/2023

## COMÉRCIO EXTERIOR - SUPER TERMINAIS COMPLETA 27 ANOS COM AGENDA DE INVESTIMENTOS E INOVAÇÕES

Meta do aporte de R\$ 260 milhões é eliminar o uso de mais de 5 mil litros de óleo

Por **BRUNO MERLIN** [bruno@forumbrasilexport.com.br](mailto:bruno@forumbrasilexport.com.br)



**Em setembro, a direção do Super Terminais pôs em operação guindastes 100% elétricos, frutos de um investimento de R\$ 260 milhões, que visa diminuir o consumo de óleo Crédito: Divulgação/Super Terminais**

Instalado em Manaus (AM), o Super Terminais completa 27 anos de operações neste dia 4 de outubro com uma agenda de investimentos e inovações voltada para colocar o terminal de uso privativo em posição de destaque no sistema portuário brasileiro. No mês passado, a direção da instalação portuária colocou em operação guindastes 100% elétricos, frutos de um investimento de R\$ 260 milhões que eliminará o uso de mais de 5 mil litros de óleo e viabilizará uma economia anual de aproximadamente R\$ 345 mil. O empreendimento também está ampliando em 180 metros o seu píer flutuante para atracação de embarcações. Após a conclusão das obras, prevista para o próximo mês de dezembro, o Super Terminais poderá receber até quatro navios simultaneamente.

“O Super Terminais está em crescimento constante, seja por meio de projetos inovadores ou pela busca incessante de aprimorar nossos processos para proporcionar um melhor serviço aos nossos clientes”, explica o diretor Marcello Di Gregório, que resume a compra dos guindastes elétricos como um compromisso de promover progresso com sustentabilidade, afinal os novos equipamentos contribuirão para a diminuição das emissões de gases do efeito estufa.

Outra iniciativa adotada pela direção do Super Terminais é a implantação de um novo sistema de informações para a gestão de serviços, reunindo softwares das empresas TOTVS, CyberLogitec e STCS. “Cerca de R\$ 19,5 milhões estão sendo investidos nesse novo sistema. Por meio dele, nossos clientes terão acessos exclusivos para consultar, programar e liberar suas cargas, tudo isso com uma excelente usabilidade. Esses investimentos, somados ao aumento da infraestrutura portuária, tornarão o Porto de Manaus ainda mais competitivo no cenário global”, opina.

Vários dos terminais portuários instalados na região Norte também estão precisando lidar com as intempéries climáticas. A seca precoce que atinge rios que cortam estados como o Amazonas está reduzindo drasticamente a capacidade de navegação. Foi identificada uma queda diária de 35 centímetros na vazão de água no rio, índice acima do normal para a época, que seria de 25 centímetros. “As empresas que atuam no Amazonas já estão acostumadas com a vazante anual e se preparam para isso. Claro que em 2023, por conta do fenômeno El Niño, estamos tendo uma seca severa além do normal, que afeta não só a indústria, mas a população no geral”, observa Di Gregório.



Segundo ele, o Poder Público precisa agir em conjunto com a iniciativa privada e instituições de pesquisa, de modo a garantir a navegação em trechos estratégicos para o transporte de insumos. “Foi com um misto de alegria e de alívio que na última semana recebemos a notícia que o Governo do Amazonas, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, irá iniciar o serviço de dragagem emergencial em trechos dos rios Solimões e Amazonas”. No Solimões, o serviço será executado no trecho entre os municípios de Tabatinga e Benjamin Constant, enquanto no Amazonas a intervenção acontecerá na região do Tabocal, a menos de 200 quilômetros da capital amazonense.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 04/10/2023*

## REGIÃO SUL - SEGUNDA COLOCADA EM LICITAÇÃO DE ITAJAÍ DEVERÁ APRESENTAR DOCUMENTOS NA SEXTA-FEIRA

Mada Araújo foi convocada pela Antaq após desclassificação da MMS Empreendimentos

Por CÁSSIO LYRA [cassio@portalbenews.com.br](mailto:cassio@portalbenews.com.br)

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) convocou a Mada Araújo Asset Management Ltda para apresentar documentos de habilitação do processo licitatório para a concessão transitória de uma área do Porto de Itajaí, em Santa Catarina, voltada à movimentação de contêineres e carga geral. Segundo a presidente da Comissão Permanente de Licitação de Concessões (CPLA) da agência, Patrícia Pova, a empresa deverá apresentar a documentação na próxima sexta-feira (6).

A Mada Araújo Asset Management Ltda. apresentou a segunda melhor proposta do leilão promovido pela Antaq, realizado no último dia 13 de setembro. A empresa ofertou 44.000 TEU.

A decisão ocorreu após a desclassificação da MMS Empreendimentos Ltda, que apresentou a melhor oferta do leilão promovido pela Antaq, com 66.600 TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés) por mês.

Após ser declarada vencedora, a CPLA convocou a MMS Empreendimentos para apresentação da documentação de habilitação e dar informações sobre a exequibilidade da oferta.

No entanto, a Antaq informou que a empresa não demonstrou ser capaz de realizar esse volume de operações – 48% maior do que a capacidade instalada da área do porto que está sendo disputada (540 mil TEU/ano) e 130% superior à média das propostas apresentadas no leilão.

### Novas datas

Com a desclassificação da MMS Empreendimentos, a Antaq também divulgou que o resultado oficial da licitação será adiado para daqui duas semanas.

No dia 17 de outubro haverá publicação de uma ata oficial sobre a documentação de habilitação da proponente que ficou na segunda colocação. Dia 18 é o prazo para apresentação de recursos. E, por fim, dia 20 marca o encerramento da fase licitatória.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT*

*Data: 04/10/2023*

## PORTUGAL - MISSÃO PORTUGAL RENDE PARCERIAS PARA SANTOS (SP), DESTACA PREFEITO

Chefe do Executivo municipal destacou atuação do Portugal Export e do Brasil Export

DA REDAÇÃO [redacao@portalbenews.com.br](mailto:redacao@portalbenews.com.br)

A missão técnica de autoridades e empresários de Santos (SP), em Portugal, rendeu à cidade parcerias na área da cultura e da inovação tecnológica e deu início a negociações para otimizar as atividades portuárias e sua relação com o município. Esses resultados foram destacados pelo



prefeito Rogério Santos na tarde de ontem, em Sines, cidade portuária a 160 quilômetros ao sul de Lisboa e onde terminou a primeira parte da viagem, que continua agora na Itália.



**Comitiva santista foi recebida por empresários e autoridades de Sines, cidade portuária ao sul de Lisboa, nessa terça-feira**

“Foi uma missão importante (em Portugal), envolvendo vários técnicos da Prefeitura, a Câmara. Pudemos fazer tratados na área da cultura, ampliar o conhecimento do porto, o porto como equipamento turístico, de cruzeiros, de revitalização urbana, de avanços tecnológicos”, afirmou o chefe do Executivo municipal.

Nos últimos dias, a comitiva santista conheceu detalhes sobre as estratégias de desenvolvimento de portos como o de Leixões, o de Lisboa e, ontem, o de Sines, que, além da movimentação de cargas, fomentam ações voltadas ao setor de cruzeiros e ao segmento industrial, com linhas de produção e beneficiamento na zona portuária. Também houve encontros com autoridades e executivos de hubs de inovação tecnológica, com tratativas para firmar parcerias para a elaboração de projetos e a implantação de programas digitais no Brasil.

Rogério destacou a parceria com o Portugal Export, fórum de debates sobre transporte e infraestrutura do Grupo Brasil Export em terras lusitanas e que organizou, junto com a Prefeitura, a missão técnica. “Foi uma atuação importante. Vocês (do Brasil Export) são, hoje, os embaixadores dos portos do Brasil, dessa grande comunidade portuária que existe no Brasil, especialmente em Santos”, declarou.

Membro da comitiva santista, o CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, enfatizou a atuação de Rogério à frente da missão. “Foi muito importante termos você presente nessa missão, à frente dessa comitiva. Realizamos uma agenda importante sobre tecnologia, sobre a importância do porto e da relação porto-cidade para Santos e os municípios de Portugal. E a vocação santista para a questão portuária é fundamental para a economia da cidade”, disse.

Nessa terça-feira, o grupo santista visitou o Porto de Sines, um dos principais complexos marítimos portugueses. Houve reuniões com dirigentes da autoridade portuária e com o presidente e o vice-presidente da Câmara de Sines, Nuno Mascarenhas e Fernando Ramos (em Portugal, o presidente e o vice do Legislativo chefiam o Executivo nas cidades).

A missão da comitiva santista continua amanhã com agenda em Gênova, na Itália. Nessa segunda parte da viagem, a parceria é diretamente com o Brasil Export.

**Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT**

**Data: 04/10/2023**



**JORNAL O GLOBO – RJ**

**SECA NA AMAZÔNIA: BAIXO NÍVEL DOS RIOS DIFICULTA ENVIO DE PRODUTOS DA ZONA FRANCA E AMEAÇA ATÉ A BLACK FRIDAY. ENTENDA**

Transportadoras pedem que Zona Franca antecipe produção por medo de que estiagem inviabilize navegação. Manaus depende de cabotagem e de caminhões em balsas

**Por Vinicius Neder — Rio**



**Barcos parados às margens do Rio Negro — Foto: MICHAEL DANTAS / AFP**

A seca severa na Amazônia, além de encarecer produtos que vêm de fora para algumas das áreas mais remotas do país, ameaça a logística da Zona Franca de Manaus, com destaque para o escoamento da produção de eletrodomésticos. As dificuldades do polo industrial preocupa varejistas, poucas semanas antes da Black Friday, tradicional data de promoções do varejo.

Entenda a seguir por que a seca pode prejudicar uma das principais datas comerciais do país.

### **Alta concentração em Manaus**

Segundo a Eletros, entidade que reúne os fabricantes de eletrodomésticos, “100% da produção nacional de ar-condicionado, televisores, lavadoras de louça e microondas” vêm da Zona Franca de Manaus, que não tem conexões rodoviárias com o resto do país. E algumas empresas relatam reajustes de até 50% no frete. Menos de 1% dos produtos deixam a região por meio de aviões de carga.

Operadores logísticos têm orientado seus clientes na região a anteciparem a produção para garantirem o embarque das mercadorias, já que a região depende do transporte fluvial para escoar suas mercadorias e a previsão é de que o nível dos rios no entorno de Manaus fique em situação ainda mais crítica nos próximos meses.

### **Rô-rô caboclo**

Segundo o Cieam, entidade que representa a indústria do Amazonas, menos de 1% da produção do polo industrial deixa o coração da Floresta Amazônica via área, ou seja, o escoamento passa pelos rios, seja via cabotagem, seja via o “rô-rô caboclo”.

*Fonte: O Globo - RJ*  
*Data: 04/10/2023*

## **‘NÃO TEM NADA COLOCADO COMO CERTO’, DIZ TEBET SOBRE SOLUÇÃO PARA PRECATÓRIOS**

Se nada for feito, o estoque da dívida alcançará mais de R\$ 250 bilhões em 2027, segundo a Fazenda

*Por Renan Monteiro — Brasília*



**‘Não tem nada colocado como certo’, diz Tebet sobre solução para precatórios — Foto: Brenno Carvalho/Editoria Globo**

A ministra Simone Tebet afirmou na tarde desta quarta-feira que a solução para os precatórios continua em aberto e a Junta de Execução Orçamentária (JEO) vai definir o melhor caminho.

Além da Fazenda e Planejamento, participam da JEO os ministros da Casa Civil e Gestão e da Inovação.

Os precatórios são dívidas que precisam ser pagas pelo Estado após determinação judicial e quando não cabe mais recurso. O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro limitou o montante a ser desembolsado para cumprir essas obrigações e jogou para os anos seguintes parte das despesas. Nas contas da Fazenda, se nada for feito, o estoque da dívida alcançará mais de R\$ 250 bilhões em 2027.



Na semana passada, o Ministério da Fazenda propôs à Advocacia-Geral da União (AGU) que defenda no Supremo Tribunal Federal (STF) a inconstitucionalidade de dispositivos da emenda que deu origem a chamada PEC dos Precatórios.

**— Não tem nada colocado como certo. A AGU (Advogado-Geral da União) no seu papel questionado teve que responder a um questionamento e entendeu a inconstitucionalidade e fez uma série de considerações — disse Tebet, em conversa com jornalistas, após audiência na Câmara.**

Segundo a Fazenda, atualmente o estoque de precatórios acumulados e não pagos totaliza R\$ 65 bilhões. Com a parcela prevista para 2024, esse montante vai para R\$ 95 bilhões no próximo ano.

Na equipe de Haddad, a proposta é dividir o estoque em dois grupos: o valor principal continuaria sendo classificado como gasto primário, enquanto juros e correção monetária seriam classificados como despesa financeira. Assim, ficaram fora da meta fiscal de resultado primário. O ministro de Tebet vai apresentar uma outra proposta.

— A proposta (do Planejamento) está na mesa. Nós já estamos fechando. É uma das inúmeras propostas, não tem nada fechado. Tem que passar pelo Ministro Haddad e estamos com as equipes, nos níveis de secretários. E depois estaremos apresentando também para a Junta de Execução Orçamentária. A Junta vai decidir o melhor caminho. Pelo menos das propostas colocadas na mesa.

### Corte de gastos

Tebet também avaliou que seria mais fácil aumentar a arrecadação, via projetos que tramitam no Congresso, do que cortar gastos de forma estrutural. O governo persegue uma meta de zerar o rombo das contas públicas no ano de 2024.

**— É mais fácil até aumentar a arrecadação, de modo geral, como agora está sendo votado taxa de 'offshores', do que propriamente cortar gastos. Em um país tão pobre, não é uma decisão tão simples (cortar gastos). Mas precisamos ter coragem para fazer isso e coragem não nos falta.**

### PPA

Ela participou de audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para discutir o chamado Plano Plurianual (PPA) para o período de 2024 a 2027 - principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo.

O projeto traça um planejamento com as metas e diretrizes para os programas de governo. Está sendo uma das vitrines do trabalho do Ministério do Planejamento e Orçamento, comandado por Tebet.

Para fechar o novo PPA, os ministros Simone Tebet e Márcio Macêdo estiveram nas 27 unidades da Federação realizando audiências públicas ao longo do primeiro semestre.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/10/2023

## RIO TEM POTENCIAL PARA SER POLO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

Município investe em projetos cuja modelagem de negócios prevê preservação ambiental aliada à geração de renda e economia circular

Por Glab

Clima tropical, água e área verde em abundância, além de universidades e centros de pesquisa de excelência para formar profissionais qualificados. O Rio de Janeiro tem tudo para despontar como um polo de negócio de economia sustentável. A cidade é um ponto central do planeta quando se trata de áreas verdes, economia circular e desenvolvimento sustentável. A opinião é de Artur

Miranda, subsecretário municipal de Meio e Ambiente e Clima. Trata-se da capacidade de projetar os próximos 50 ou 100 anos o modelo de negócios que teremos, com adaptação economicamente viável, para que se consiga expandir gerando emprego, renda e preservando o meio ambiente.

– Estamos falando de uma cidade que tem 1/3 de áreas verdes. Podemos ensinar o resto do mundo como se desenvolver de modo sustentável – avalia Artur Miranda, subsecretário municipal de Meio e Ambiente e Clima.



**Usina fotovoltaica, em Santa Cruz, foi batizado de Solário Carioca — Foto: Divulgação**

A prefeitura do Rio, em conjunto com suas principais secretarias, tem feito parcerias e desenvolvido projetos voltados para o desenvolvimento sustentável, criando modelagens de negócios com foco nesse modelo de crescimento. Um deles, anunciado em julho deste ano, é uma Parceria Público-Privada (PPP) vencida pelo Consórcio Rio Solar, que prevê a instalação de uma usina fotovoltaica no bairro de Santa Cruz, na Zona Oeste da

cidade. Batizado de Solário Carioca, o projeto vai ocupar o terreno de um antigo aterro sanitário e gerar energia que deve permitir uma economia anual de R\$ 2 milhões nas contas do município. A estimativa é que a energia gerada abasteça cerca de 45 escolas municipais ou 15 Unidades de Pronto Atendimento (UPA).

- Entregamos uma experiência muito única com o Solário. É uma modelagem de negócios completa, uma parceria público-privada onde vamos conseguir anular 40 mil toneladas de carbono por ano. É um negócio que tem lucratividade e gera empregos verdes – comenta o subsecretário.

Artur defende que os modelos de desenvolvimento para transformar o Rio em uma cidade sustentável e impulsionar ainda mais a atração de investimentos precisam ser rentáveis e retroalimentáveis, seguindo a preservação do meio ambiente e gerando lucros a partir disso. A secretária de Meio Ambiente e Clima já fechou outros projetos de economia circular.

- Queremos preservar enquanto alimentamos a sociedade, impactando as pessoas mais vulneráveis e alimentando a cadeia produtiva – explica.

Entre as iniciativas está o “Cada Favela uma Floresta”, que é voltado para modelar áreas urbanas e seus entornos, especialmente aqueles que se desenvolveram irregularmente e estão próximos a áreas de preservação. O programa tem como objetivo enfrentar a crise climática e o aumento de temperaturas na cidade e já gerou novas ideias.

- Estamos enfrentando as temperaturas mais altas que o Rio já presenciou. O enfrentamento ao calor passa por dois lugares: preservação da nossa mata verde atual e a restauração de áreas degradadas ao longo do processo de desenvolvimento. A partir disso, já nasceu o que entendemos como fábricas verdes, para tralharmos com o acondicionamento de lixo eletrônico, têxtil e de óleo de cozinha. Vamos fazer isso em uma grande fábrica na Avenida Brasil, temos expectativa de produzir renda para alta sustentabilidade do negócio – celebra o subsecretário.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 04/10/2023**

## **SENADO APROVA MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO, EXCLUINDO AGRONEGÓCIO**

Projeto que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa e segue para Câmara

**Por Victoria Abel — Brasília**



**Empresas terão limites para emissão — Foto: AFP/AFP**

O Senado aprovou o projeto de lei que regulamenta o mercado de carbono no Brasil e cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE), que estabelece cotas máximas de emissão de gases de efeito estufa para empresas em um ano. No entanto, os senadores excluíram dessa obrigação companhias que sejam do agronegócio.

A alteração foi feita pela relatora, senadora Leila Barros (PDT-DF), que aceitou a sugestão da Frente Parlamentar da Agropecuária. O texto, portanto, não considera a produção primária agropecuária como atividades submetidas ao SBCE. A matéria ainda retira do sistema as emissões indiretas decorrentes da produção de insumos ou de matérias-primas agropecuárias.

Entrarão no mercado de carbono empresas e pessoas físicas que emitirem acima de 10 mil toneladas de gás carbônico por ano. A quantidade de emissão deve ser monitorada e informada pela própria companhia. Cada tonelada de gás carbônico é considerada um ativo, que pode ser recebida gratuitamente ou comprada.

O projeto de lei também cria o Certificado de Redução ou Remoção Verificada de Emissões (CRVE) que vai garantir que uma empresa reduziu as emissões de carbono e, por isso, produziu créditos.

A compra e venda de créditos de carbono poderá ser efetuada em bolsas de valores, com regulamentação e supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Um comitê interministerial para Mudança do Clima também vai gerar o vai e vem de recursos, assim como a incidência de impostos sobre essas ativos.

A empresa que emitir mais de 25 mil toneladas deve comprovar ao SBCE o cumprimento de ações para diminuir a emissão de gases. Caso não cumpra as metas, poderá ser punida com: embargo da atividade; perda de benefícios fiscais e linhas de financiamento; proibição de contratação com a administração pública por três anos; e cancelamento de registro.

**Fonte: O Globo - RJ**

**Data: 04/10/2023**

## **COMISSÃO DO SENADO APROVA PROJETO QUE PERMITE PISO MENOR PARA SAÚDE NESTE ANO E COMPENSA PERDAS DE ESTADOS COM ICMS**

Estados e municípios poderão receber até R\$ 10 bilhões ainda em 2023. Projeto segue para o plenário do Senado



**Comissão de Constituição e Justiça do Senado vota projeto — Foto: Pedro França/Agência Senado**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou o projeto de lei que garante a compensação de perdas de ICMS para estados e municípios em R\$ 27 bilhões, estipulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A mesma proposta traz um dispositivo que permite um piso menor de gastos federais com saúde em 2023.

O cálculo foi acrescentado em tramitação na Câmara dos Deputados pelo relator, deputado Zeca Dirceu (PT-PR), a pedido do Planalto. Com o fim do teto de gastos, em agosto deste ano, após a aprovação do arcabouço fiscal, o mínimo constitucional para gastos com a saúde voltou a ser de 15% das receitas correntes líquidas. Mas esse cálculo poderia gerar um gasto de até R\$ 20 bilhões com saúde apenas neste ano.

A equipe econômica defendia que o novo piso só deveria ser implementado a partir de 2024, para dar tempo de arrumar as contas da casa. Mas a pressão contrária da área da saúde foi forte e cobrou um investimento maior ainda neste ano.

Desde 2017, os gastos com saúde eram corrigidos apenas pela inflação, conforme o previsto no teto de gastos, a regra fiscal que foi substituída pelo arcabouço.

Como solução, Zeca Dirceu propôs considerar o mínimo de 15% em cima do Orçamento de 2023, que é de um valor menor do que as receitas atuais. Esse dispositivo reduz o gasto adicional necessário para bancar o piso, de R\$ 20 bilhões para R\$ 5 bilhões.

A ideia teve apoio e aval do governo, que pediu para os senadores da base aprovarem a proposta.

### Compensação de ICMS

A compensação de ICMS para estados e municípios foi estipulada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no valor de R\$ 27 bilhões e chancelada pelos parlamentares. O texto ainda traz uma antecipação de pagamento de parte desse montante para este ano, no valor aproximado de R\$ 10 bilhões, referente ao ano de 2024. Os recursos serão pagos aos entes federativos, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

As perdas de arrecadação com ICMS ocorreram no ano passado, com a redução de impostos sobre combustíveis no governo Jair Bolsonaro. Um acordo foi feito entre União e estados, homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em junho, prevendo pagamento total de R\$ 27,5 bilhões.

A quitação poderia ser feita em até três anos, mas a redução do prazo ocorreu após apelo dos estados e, principalmente, dos municípios.

— Tivemos essa preocupação de manter as conquistas desse projeto — disse o relator no Senado, Veneziano Vital do Rêgo.

O projeto também traz a compensação de perdas do Fundo de Participação dos Estados (FPM) dos últimos três meses, no valor de R\$ 2,3 bilhões. A matéria coloca uma cláusula que garante mais compensações em dezembro, caso haja novas perdas até o fim do ano.

Fonte: O Globo - RJ  
Data: 04/10/2023

## TRIBUTAÇÃO DE FUNDOS EXCLUSIVOS E 'OFFSHORE' PODE NÃO SER VOTADA HOJE, MAS DEVE TER AVANÇO RÁPIDO, DIZ LIRA

Inicialmente, o governo propôs acabar com os juros sobre capital próprio. O fim da modalidade, entretanto, tem sofrido resistência de empresários, que pressionam deputados

Por Gabriel Sabóia — Brasília



**O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante sessão que aprovou texto-base da minirreforma eleitoral — Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira que a votação do projeto de lei que muda a tributação dos fundos exclusivos, voltados à alta renda, e prevê taxaço dos fundos offshore, pode não ocorrer nesta semana. Os temas foram agrupados em um só projeto.

Ele ressaltou, porém, que o tema vem sendo discutido desde a semana passada com líderes e que os pontos sugeridos pela Casa, além dos recomendados pela equipe econômica, foram contemplados no parecer divulgado pelo relator da matéria, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

— Eu não posso garantir que será votado hoje (quarta), mas segue sendo debatido para preservar o acordo que foi feito — afirmou.

O relator do projeto, deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), também avalia incluir a mudança sobre os Juros sobre Capital Próprio (JCP), distribuídos a acionistas de empresas. Inicialmente, o governo propôs acabar com o JCP. O fim da modalidade, entretanto, tem sofrido resistência de empresários, que pressionam deputados.

Por isso, o governo topou discutir uma forma de ajuste na dedução desse ganho, e não necessariamente o fim completo dele. Essa mudança, contudo, não foi incluída no projeto apresentado nesta terça por Pedro Paulo. Lira disse que a junção dos três temas poderia atrapalhar a análise do texto pelos deputados.

— O governo fez uma sugestão que, aparentemente, é boa, e vai trazer o benefício de separar aquele que usa o JCP para investimento, para produção, para gerar divisas, e aquele que só usa para sonegação — disse.

O JCP é uma forma de distribuição de lucro aos acionistas que dá benefícios tributários para as empresas.

Os projetos de aumento de receita são prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação.

No seu relatório apresentado ontem, Pedro Paulo reduziu a alíquota sobre a tributação do rendimento acumulado dessas aplicações de 10% para 6%.

### À espera da Caixa

Esperando ser agraciado pelo governo com uma indicação para a presidência da Caixa Econômica Federal, Lira afirmou não ter pressa para esta nomeação. Questionado sobre a possível entrada de um indicado do Centrão no órgão, ele foi lacônico:

— A expectativa de mudança não é minha, é do governo. O tempo é do governo — afirmou.

Atualmente, são cotados para o cargo o ex-ministro Gilberto Occhi, a ex-deputada Margarete Coelho e o atual presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Bezerra.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 04/10/2023

## PORTO DO AÇU TERÁ 1ª USINA DE BIOMETANO DE CANA DO RIO: PROJETO DE R\$ 60 MILHÕES

Por Rennan Setti



**Cana-de-açúcar** — Foto: Pixabay

O Porto Açu, no Norte Fluminense, terá uma usina de biometano produzido a partir da cana-de-açúcar em 2025. O projeto, que será o primeiro do Rio nesse formato, está orçado em R\$ 60 milhões e faz parte de memorando de entendimento assinado entre o Porto do Açu, a ZEG Biogás — da qual a Vibra é sócia — e a Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio (Coagro).

O projeto prevê que a usina tenha capacidade inicial de



produção de 5 milhões de metros cúbicos por ano. A expectativa é que o investimento se concretize no começo do ano que vem e que a planta comece a operar comercialmente no ano seguinte.

Segundo a ZEG Biogás, que iniciou os estudos para o projeto em maio deste ano, a usina será a primeira do estado do Rio a usar vinhaça, subproduto da cana-de-açúcar, para geração de biogás e produção do biometano. (O potencial de produção de cana-de-açúcar na área de influência do Açu é de 2,1 milhões de toneladas por ano, segundo a empresa).

O plano é que a Coagro forneça a matéria-prima para a produção do biometano, enquanto o Porto do Açu proporcionará a infraestrutura e a ZEG Biogás entregará as soluções tecnológicas para geração de biogás e sua purificação em biometano.

A ZEG Biogás também diz que, potencialmente, será investidorá do projeto e irá comercializar todo o biocombustível produzido.

*Fonte: O Globo - RJ*

*Data: 04/10/2023*

## O ESTADO DE S. PAULO

### O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

#### CONGRESSO APROVA QUASE R\$ 3 BILHÕES EM CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS NO ORÇAMENTO DE 2023

Recursos serão direcionados para ações de ministérios e obras; medida retira recursos do seguro rural, mas houve acordo entre governo e frente da agropecuária para recompor valores

*Por Giordanna Neves e Gabriel Hirabahasi*

BRASÍLIA - O Congresso aprovou nesta quarta-feira, 4, em sessão conjunta da Câmara e Senado, projetos de lei que abrem créditos extraordinários de quase R\$ 3 bilhões no Orçamento deste ano. Os recursos serão direcionados, por exemplo, para ações de ministérios e obras.

A aprovação dos projetos era a maior prioridade do governo na sessão do Congresso desta quarta-feira. Antes, o Planalto fechou um acordo com a oposição para analisar alguns vetos presidenciais ao Marco Legal das Ferrovias e à exigência de exames toxicológicos para a Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

O projeto de maior impacto libera cerca de R\$ 1,3 bilhão para os Ministérios da Agricultura, Educação, Minas e Energia, Saúde e Integração e Desenvolvimento Regional. No caso da pasta comandada por Carlos Fávaro, os recursos são para o Programa de Fomento ao Setor Agropecuário.

Este foi um dos projetos mais polêmicos e que criou resistência por parte da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Isso porque foram retirados cerca de R\$ 45 milhões destinados ao seguro rural para suplementar outras áreas, como previsto pela proposta.

Segundo o presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), o governo se comprometeu com a bancada a recompor este valor em um futuro projeto em troca do apoio da bancada na aprovação da medida. "Como houve esse acordo (com governo) de recomposição, nós concordamos (com esse PLN)", disse Lupion. O acordo foi reiterado pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Lupion reforçou que a bancada reivindica em torno de R\$ 1,5 bilhão ainda este ano para incrementar o seguro rural e resolver problemas de safra de 2023. Ele afirmou que é uma "surpresa" e "decepção" que o Ministério da Agricultura tenha retirado recursos do seguro, uma demanda essencial do setor, para cobrir outras rubricas previstas pelo projeto.



O projeto com a segunda maior cifra libera R\$ 892 milhões para os Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Regional. A maior parte (R\$ 602 milhões) dos recursos vai para a programação destinada à Codevasf, reduto do Centrão. Os deputados e senadores também deram aval a um projeto que destina R\$ 126,6 milhões para os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, dos Transportes, da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades, e de Portos e Aeroportos.

Outros projetos aprovados liberam R\$ 483 milhões para seguridade social; R\$ 89,3 milhões para encargos financeiros da União, no âmbito do Ministério do Planejamento; R\$ 39,7 milhões para o Ministério da Defesa; R\$ 26 milhões para a Companhia Docas do Rio de Janeiro; e R\$ 22,8 milhões para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 04/10/2023

## MERCADO DE CARBONO, HIDROGÊNIO, COMBUSTÍVEL DO FUTURO: ENTENDA O PLANO DE ECONOMIA VERDE DO GOVERNO

Após arcabouço, foco da equipe econômica no Congresso se volta para o Plano de Transformação Ecológica; projeto que regula o mercado de carbono é prioridade e já começou a tramitar no Senado  
*Por Adriana Fernandes, Bianca Lima e Anna Carolina Papp*

BRASÍLIA - Com a votação final do arcabouço fiscal e afastados os riscos iminentes para a elaboração do Orçamento de 2024, o foco principal da equipe econômica no Congresso se volta agora, nos próximos três meses, para a agenda verde - que, oficialmente, está sendo chamada de Plano de Transformação Ecológica.

O pontapé inicial foi dado nesta semana com a apresentação do parecer da senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora do projeto de lei que cria um mercado regulado de crédito de carbono no País.

### Quais empresas serão afetadas?

Veja qual será o alcance do novo mercado de carbono, que será debatido no Congresso



**AQUELAS QUE  
EMITEM MAIS DE 25  
MIL TONELADAS DE  
CO<sub>2</sub> POR ANO**



**ENTRE 4 E 5 MIL  
ESTABELECIMENTOS:  
0,1% DAS UNIDADES  
PRODUTIVAS DO PAÍS**



**PRINCIPAIS SETORES:  
CIMENTO, SIDERURGIA,  
ALUMÍNIO, ÁREA QUÍMICA,  
PETRÓLEO E GÁS E  
GRANDES FRIGORÍFICOS**

Fonte: Ministério da Fazenda

ESTADÃO

A proposta, na prática, regulamenta como vai funcionar “o direito” das empresas de poluir, com base em um teto para a emissão de CO<sub>2</sub>. Hoje, os maiores poluidores estão nas indústrias de cimento, siderurgia, alumínio, área química, petróleo e gás e grandes frigoríficos.

A senadora do DF construiu o relatório basicamente replicando a minuta elaborada por 10 ministérios do governo Lula, com a coordenação da Fazenda. A estratégia é semelhante à adotada na reforma tributária na Câmara, quando o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, optou em não enviar um novo texto, mas costurar com o relator da proposta o parecer. O resultado foi considerado bem-sucedido por acelerar as negociações e a tramitação no Congresso.

O projeto é a aposta principal de Haddad de um novo plano de desenvolvimento econômico para o País crescer mais rápido e com baixa “pegada de carbono”, que tem uma vinculação umbilical com a política de reindustrialização do País, comandada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MIDC), do vice-presidente Geraldo Alckmin.

“O mercado regulado de carbono é inspirado em práticas internacionais adotadas em outras jurisdições, a mais conhecida é a da União Europeia. Não se trata, apenas, de um mercado de crédito. Na verdade, o mercado é, fundamentalmente, a colocação de um limite de emissões, esse, sim, é o ponto central”, explica Rafael Dubeux, que está à frente dessa agenda no Ministério da Fazenda.



**Senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora do projeto sobre carbono, prevê aprovar o texto na Casa em setembro. Foto: Divulgação Senado Federal**

O projeto define que as instalações que emitem acima de 25 mil toneladas de CO<sub>2</sub> por ano estarão obrigatoriamente sujeitas a esse teto. Quem emitir mais, terá de comprar esse direito por meio de cotas. Entre quatro mil e cinco mil estabelecimentos no Brasil serão enquadrados na regra - o correspondente a 0,1% das unidades produtivas do País. O texto, costurado com o governo, prevê a criação de um Sistema

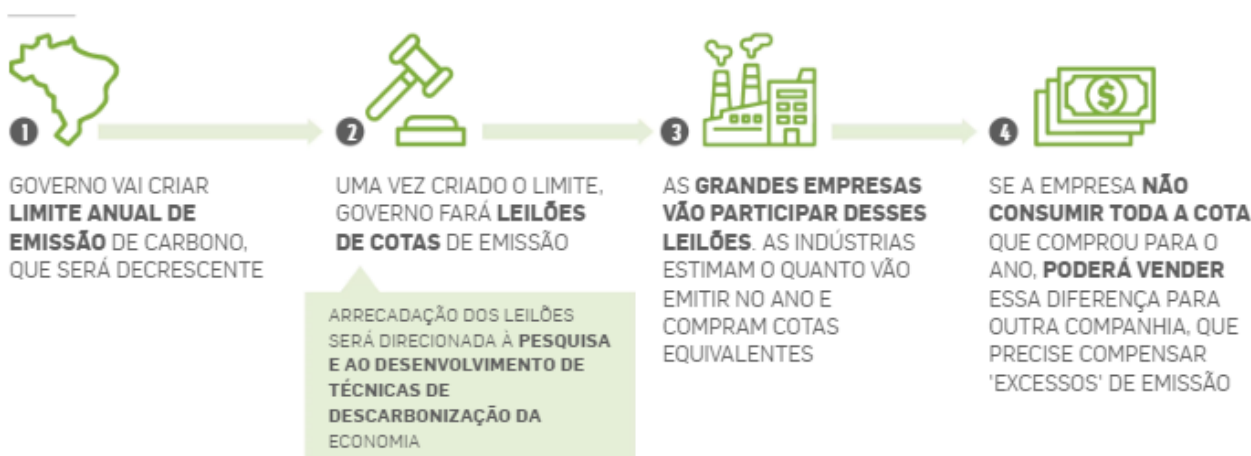
Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

“Planejamos discutir o projeto na Comissão de Meio Ambiente (CMA) a partir da próxima semana, buscando ouvir as opiniões dos senadores, receber as sugestões do Conselho da República e as observações da sociedade. Essas ideias são fundamentais para construir o consenso necessário, e encaminhar o projeto à Câmara ainda em setembro”, afirma a senadora Leila Barros.

Um ponto ainda em aberto é quem ficará responsável pela regulação desse mercado: se uma nova agência reguladora, nos moldes da Anatel (telecomunicações) e Aneel (Energia), a ser criada ou o próprio Ibama, que hoje não tem pessoal técnico para essa empreitada e precisará reforçar o seu quadro de pessoal. O governo está dividido.

## Mercado regulado de carbono

Entenda como vai funcionar o novo mercado, no qual as empresas terão de comprar o “direito de poluir”



O projeto do mercado de carbono é o principal pilar do plano, mas não é o único. Essa agenda ganhou reforço com a manifestação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), há poucos dias, de que vai priorizar a pauta verde neste segundo semestre.

### Combustível

O governo Lula enviará, nos próximos dias, projeto batizado de “combustível do futuro”, que cria regras para combustível de aviação sustentável, diesel verde, captura e estocagem de carbono e etanol.

Uma terceira frente é o projeto que trata de hidrogênio renovável, para definir quem vai regular esse setor - já há textos no Congresso sobre esse tema. A quarta frente da agenda do plano no Congresso está voltada para o marco legal das eólicas offshore, aquela cuja fonte de energia é obtida por meio da força do vento em alto-mar, que também já conta com projeto tramitando na Câmara.

O governo brasileiro tem pressa, porque quer afastar o risco de perder a onda de investimentos no mundo todo para a chamada transição verde, que ganhou maior força após a pandemia da covid-19. “A nossa preocupação é garantir que a oportunidade seja bem aproveitada, que não seja só mais um ciclo de commodities do Brasil, como foi cana-de-açúcar, ouro, café e minério de ferro. Que, desta vez, seja diferente”, diz Dubeux.

Para o secretário de economia verde do MDIC, Rodrigo Rollemberg, o Brasil conseguirá atrair muitos investimentos estrangeiros se chegar ao final deste ano com essa agenda encaminhada. Mas, para



isso, precisará ter uma regulamentação clara, para dar segurança jurídica a esses investimentos. “O Brasil está na pole position, mas tem de largar e tem de acelerar para chegar em primeiro lugar. Porque isso é uma corrida: não vai ter lugar para todos”, ressalta Rollemberg.

*‘A gente tem que largar e acelerar, porque isso é uma corrida: não vai ter lugar para todos’, diz Rollemberg, secretário do MDIC. Foto: Dida Sampaio/Estadão*

O secretário de Desenvolvimento Industrial, Inovação, Comércio e Serviços do MDIC, Uallace Moreira, ressalta que o PL do Combustível do Futuro vai integrar as políticas de combustíveis sustentáveis com o novo Rota 2030, a política industrial do setor automotivo que será renovada.

“Vamos discutir o nível de emissão de CO2 a partir do poço. Do poço à roda, e não do tanque à roda (para definir os incentivos)”, ressalta Moreira. Essa forma de medição leva em conta desde a origem da fonte energética até seu uso final. Por exemplo: como se extrai a cana para produzir o etanol. Ou como se extraem as fontes para a produção de uma bateria de carro elétrico.

O objetivo é apresentar até novembro a proposta de política industrial dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), conectada com o plano de transformação ecológica, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e uma política de compras governamentais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP  
Data: 04/10/2023

### PROJETO QUE COMPENSA PERDAS DO ICMS E REDUZ GASTOS COM PISO DA SAÚDE ESTE ANO AVANÇA NO SENADO

Texto foi aprovado pela CCJ e agora segue para votação em plenário; com dispositivo incluído, governo precisaria desembolsar R\$ 5 bilhões para cumprir piso, e não R\$ 20 bilhões

Por Giordanna Neves

BRASÍLIA - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou nesta quarta-feira, 4, o projeto de lei que trata do acordo feito pelo governo federal com os Estados para compensar perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado.

Os senadores mantiveram o dispositivo incluído pelo relator na Câmara, Zeca Dirceu (PT-RS), e mantido pelo relator no Senado, Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), que abre brecha para o governo desembolsar valores menores para cumprir os gastos mínimos com a área este ano. O texto segue para votação em plenário.

O PP apresentou uma emenda para suprimir o trecho que determina que a Receita Corrente Líquida (RCL) prevista na Lei Orçamentária de 2023 seja referência para definir a destinação mínima de recursos à Saúde.

Na prática, o mecanismo incluído de última hora na Câmara permite que os gastos mínimos com a área sejam menores do que o estimado com base no último relatório do Orçamento, de julho. O argumento da oposição é que não é possível mexer em um princípio constitucional via projeto de lei. A emenda, no entanto, foi rejeitada por 15 votos favoráveis à manutenção do texto e 11 contrários.



**Texto que reduz gastos da União com piso da Saúde segue para votação em plenário do Senado** Foto: Dida Sampaio/Estadão

Com o dispositivo incluído no projeto, o governo precisaria desembolsar R\$ 5 bilhões para cumprir o piso da Saúde, e não os R\$ 20 bilhões se fosse cumprido o princípio constitucional com base na RCL efetivamente realizada.

O impasse se formou porque, com o novo arcabouço fiscal, voltaram a valer os pisos constitucionais para as áreas de Saúde e Educação, que preveem a destinação de 15% da RCL no primeiro caso e de 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) no segundo caso. Isso porque a nova regra de controle das contas públicas revogou o teto de gastos, que havia sido aprovado em 2016, no governo Michel Temer, e limitava o crescimento dessas despesas à variação da inflação.

Em defesa da manutenção do dispositivo, Veneziano afirmou que, se tivesse que desembolsar o valor cheio de R\$ 20 bilhões para o cumprimento do piso, outras pastas seriam afetadas com perdas de recursos. “Em não prevalecendo isso (o trecho do PL que garante R\$ 5 bilhões para o piso), outros R\$ 15 bilhões seriam prospectados do orçamento das demais outras áreas”, disse, ao citar, por exemplo, Saúde e Educação.

Apesar da inclusão do trecho no PLP, o Ministério da Fazenda ainda aguarda a resposta de uma consulta formal feita ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a possibilidade de descumprir o piso da Saúde, ou seja, não desembolsar nenhum valor extra para cumprir a regra. O Ministério da Saúde, que não quer perder recursos, se posiciona contrariamente a esta saída.

Em relação ao repasse de recursos federais aos entes federativos, teor principal do projeto, os senadores aprovaram com unanimidade. O projeto prevê uma antecipação de R\$ 10 bilhões dos recursos a Estados e municípios decorrentes da compensação das perdas com a arrecadação do ICMS no ano passado, seja por repasses diretos do Tesouro ou abatimento de dívidas.

O texto também determina que a União faça um repasse extra de R\$ 2,3 bilhões ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outro de R\$ 1,6 bilhão para o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

**Fonte: O Estado de São Paulo - SP**  
**Data: 04/10/2023**

### VALOR ECONÔMICO (SP)

## GOVERNO ANUNCIA DRAGAGEM DE RIOS, ANTECIPAÇÃO DO BOLSA FAMÍLIA E SEGURO PARA AGRICULTORES NO AM

Geraldo Alckmin anuncia série de ações para tentar mitigar os efeitos da estiagem que atingiu, nos últimos dias, mais de 20 municípios do Amazonas

Por Renan Truffi e Fabio Murakawa, Valor — Brasília



**Mantimentos são levados para as vítimas da estiagem que atinge o Amazonas — Foto: Antônio Lima/SECOM**

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, anunciou nesta quarta-feira (4) uma série de ações para tentar mitigar os efeitos da estiagem que atingiu, nos últimos dias, municípios do Amazonas. O pacote de medidas inclui a dragagem de dois rios que estão perdendo a navegabilidade, a antecipação de recursos por meio do Bolsa Família, BPC e seguro-defeso, além do envio de brigadistas

para ajudar no combate às queimadas.

"O presidente Lula nos solicitou que viéssemos aqui para verificar os problemas da seca e ouvíssemos a comunidade. Hoje, foi dada a ordem de serviço da dragagem do Rio Solimões, obra deverá estar pronta entre 30 e 45 dias. Em 15 dias, também vamos contratar a dragagem para 12 quilômetros do Rio Madeira, obra que pode estar concluída em até 45 dias. Também vamos verificar se outros locais precisam de dragagem, locais que precisam de navegabilidade", explicou.

Alckmin lidera uma comitiva de ministros que desembarcou em Manaus (AM) na manhã dessa quarta-feira. No local, eles foram visitar algumas das áreas afetadas pela seca.

Integram a comitiva Marina Silva (Meio Ambiente), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Waldez Góes (Integração e Desenvolvimento Regional), Silvio Costa Filho (Portos e Aeroportos), Alexandre Silveira (Minas e Energia), José Mucio Monteiro (Defesa), André de Paula (Pesca e Aquicultura) e a secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Fernanda Machiaveli, além de representantes dos ministérios da Saúde, Desenvolvimento Social, Secretaria de Relações Institucionais (SRI) e Dnit.

Segundo o vice-presidente, os municípios que estão em situação de emergência serão beneficiados com o pagamento antecipado do Bolsa Família e do BPC, como é conhecido o Benefício de Prestação Continuada, programa destinado a idosos em situação de vulnerabilidade e pessoas com deficiência.

### Seca atinge 23 cidades

De acordo com o portal g1, pelo menos 23 cidades estão em situação de emergência por conta da seca no Amazonas. A vazante, que afeta 200 mil pessoas no Estado, tem provocado deslizamentos de terra, morte de animais e o esvaziamento de rios, incluindo o rio Madeira.

Em relação ao caso específico do desmoronamento de terra que fez uma vila inteira desaparecer do mapa no município de Beruri, interior do Amazonas, Alckmin anunciou o pagamento de um auxílio. "No município de Beruri, que tivemos tragédia com perdas de vidas e de residências, o auxílio-

abrigo é de R\$ 400 e pode chegar a R\$ 800 por pessoa. [O recurso] é transferido para a prefeitura", contou.

Neste mesmo sentido, o governo anunciou duas medidas que miram atender a pescadores e agricultores do Estado. A primeira categoria terá acesso antecipado ao chamado seguro-defeso, benefício pago ao pescador artesanal que fica proibido de exercer a atividade por conta do período de defeso de alguma espécie. Na prática, esse seguro estava previsto para entrar em vigor apenas em 15 de novembro, mas será antecipado.

Já os agricultores vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e que tiveram perda de produção por conta da estiagem, receberão pagamento do seguro integral.

### **Impactos na geração de energia elétrica**

Alckmin também falou sobre possíveis impactos na geração de energia elétrica, já que a seca paralisou as atividades na Usina Hidrelétrica Santo Antônio, localizada justamente no Rio Madeira. "A energia está garantida na região. Mesmo com paralisação da Usina de Santo Antônio, foi feito trabalho de antecedência com óleo diesel. O Operador Nacional do Sistema Elétrico também vai avaliar contratação de térmicas", emendou.

Por fim, ele citou o problema das queimadas. "Contra queimadas, o Ministério da Defesa tem ajudado no combate. Deslocamos 191 brigadistas para ajudar no combate às queimadas. Não faltarão recursos. Quem tiver necessidade, vão encaminhando para que a gente, dentro da lei, possa liberar os recursos o mais rápido possível e atender a população", concluiu.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/10/2023*

## **'A GENTE VAI TER QUE ESPERAR O GOVERNO', DIZ LIRA SOBRE NEGOCIAÇÃO PARA TROCA DA PRESIDÊNCIA DA CAIXA**

Integrantes do Centrão miram a presidência e as 12 vice-presidências do banco público

*Por Andrea Jubé, Valor — Brasília*



**Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira. —**

**Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta quarta-feira que espera o governo para concluir a negociação sobre entregar a direção da Caixa Econômica Federal para seu grupo político. "A perspectiva é do governo, a gente vai ter que esperar o governo", disse Lira, ao ser questionado por jornalistas. Ele falou à imprensa após participar da abertura do seminário sobre os 35 anos da Constituição Federal.

Lira afirmou em entrevista recente ao jornal "Folha de S.Paulo" que fez um acordo com o governo para que nomes indicados pelos integrantes do Centrão assumam a presidência e as 12 vice-presidências do banco público. Após a declaração, no entanto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva negou a articulação, disse que só ele pode mexer na Caixa, e quando quiser.

Nos bastidores, a articulação se consolidou e avançou no fim do primeiro semestre, depois que o governo aprovou na Câmara itens relevantes da pauta econômica, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária. Na esteira dessa vitória, o grupo político de Lira assumiu dois ministérios: do Esporte e de Portos e Aeroportos. Agora, reivindica o comando da Caixa.

O governo ainda depende de Lira para prosseguir com a aprovação de itens essenciais da pauta econômica, como o projeto de tributação dos fundos de alta renda, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a lei orçamentária de 2024. Depois de votada no Senado, a reforma tributária ainda retornará à Câmara.

*Fonte: Valor Econômico - SP*

*Data: 04/10/2023*

## CONCESSIONÁRIA CONSEGUE NO SUPREMO REDUZIR IPTU DE AEROPORTO

Ministros da 1ª Turma, em caso da Inframerica, entenderam que tributo deve incidir apenas sobre áreas com exploração comercial

*Por Adriana Aguiar — De São Paulo*



***Advogado Gilvandro Araújo: aeroporto continua sendo da União e está em regime de concessão — Foto: Divulgação***

Empresas que administram aeroportos no país conseguiram, no Supremo Tribunal Federal (STF), um importante precedente sobre pagamento de IPTU. A 1ª Turma decidiu que a Inframerica não é obrigada a recolher o imposto sobre toda a área do Aeroporto de Natal (RN), localizado em São Gonçalo do Amarante, na região metropolitana da capital. Incidiria apenas sobre os espaços ocupados por lojas, restaurantes e locadoras de veículos - onde há exploração comercial.

Os ministros entenderam que as áreas que abrigam pista e hangar, por exemplo, não devem entrar no cálculo do imposto municipal. A decisão, de acordo com especialistas, vale também como precedente para concessões de ferrovias e portos (Rcl 60726).

O julgamento, finalizado no Plenário Virtual, cancela autos de infração de 2012 a 2017, que totalizam cerca de R\$ 70 milhões, segundo a Inframerica. Os ministros analisaram reclamação do município de São Gonçalo do Amarante contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) que livrou a empresa de pagar o IPTU sobre a área total do aeroporto.

A Inframerica, após as autuações, passou a defender na Justiça que não deveria pagar nada de IPTU. Para o advogado que assessora a companhia, Gilvandro Araújo, sócio do Carneiros Advogados, a isenção de impostos de um ente da federação para órgãos que prestam serviços públicos, prevista no artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição, seria extensível às concessionárias. “O aeroporto continua sendo da União e está em regime de concessão. Por isso não faz sentido essa cobrança”, diz.

***“Estender a imunidade a lojas violaria o princípio da livre concorrência”***

— Bruno Sigaud

Após sentença favorável à Inframerica, mantida em segunda instância, o município decidiu ingressar com reclamação no Supremo. Alegou haver afronta a decisões em repercussão geral, entre elas a que estabeleceu cobrança de IPTU sobre imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado (Tema 437).

Em agosto, o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, em decisão monocrática, suspendeu a decisão do TJRN, por considerar que violaria precedentes vinculantes do STJ. Porém, reconsiderou seu posicionamento ao levar seu voto no Plenário Virtual, na semana passada.

Barroso afirmou que, no julgamento do Tema 437, os votos que formaram a corrente vencedora destacaram a desvinculação do bem imóvel de suas finalidades públicas como elemento central a justificar a incidência do tributo e sua cobrança ao particular.



Ainda lembrou que, no julgamento do Tema 385, o STF fixou a posição de que a imunidade “não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos” (RE 594.015).

Para ele, com base nos dois julgamentos, “a imunidade tributária recíproca não é aplicável a imóveis que, embora formalmente pertencentes a entes públicos, sejam utilizados por concessionários ou arrendatários para a exploração de atividades econômicas com finalidade lucrativa”.

Assim, no caso do Aeroporto de Natal, acrescentou o ministro, “as circunstâncias fáticas não permitem que seja reconhecida a imunidade tributária em relação a todos os segmentos do complexo aeroportuário”, uma vez que também existem atividades acessórias com exploração de atividades econômicas por empresas privadas, e que estão dissociadas da prestação do serviço público essencial.

Ele citou, em seu voto, que o Supremo definiu no mesmo sentido no julgamento da Reclamação 50.522. A 2ª Turma decidiu pela exclusão da imunidade tributária dos imóveis cedidos para o desempenho, por particulares, de atividades econômicas alheias ao serviço aeroportuário e ao transporte aéreo.

No entendimento do ministro, devem ser excluídos da imunidade tributária recíproca do IPTU “os imóveis pertencentes ao complexo aeroportuário cedidos a particulares para a exploração de atividade econômica com intuito de lucro, e que sejam alheios ao serviço público stricto sensu de infraestrutura aeroportuária”.

De acordo com Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados, de fato, o instituto da imunidade tributária recíproca não foi concebido para evitar a cobrança de IPTU de particulares que atuam no regime da livre concorrência. “Nesse sentido, estender a imunidade do IPTU aos imóveis ocupados pelas lojas, restaurantes e locadoras de veículos, onde há exploração comercial, representaria conferir a tais particulares uma vantagem indevida, benefício este não existente para os seus concorrentes”, afirma ele, acrescentando que a medida violaria o princípio da livre concorrência, previsto no artigo 170 da Constituição.

Sobre a manutenção da imunidade de IPTU aos hangares, pista de pouso e outras áreas, Sigaud afirma que “certamente atende ao instituto da imunidade recíproca, justamente em razão da necessidade de se observar que, no contexto do pacto federativo, a Constituição objetivou preservar o respeito recíproco e a autonomia dos entes públicos”.

Procurada pelo Valor, a Prefeitura de São Gonçalo do Amarante não deu retorno até o fechamento da edição.

*Fonte: Valor Econômico - SP*  
*Data: 04/10/2023*

## **AGRAVAMENTO DA SECA NO AM MOBILIZA MINISTÉRIOS**

Governo estima em 500 mil afetados pela estiagem na região amazônica; 55 municípios já declararam estado de emergência e outros três já manifestaram a intenção de fazê-lo

A estiagem no Amazonas prejudica cerca de 500 mil pessoas e 55 municípios já haviam decretado emergência até ontem. O vice-presidente, Geraldo Alckmin, reuniu-se com ministros de várias áreas e representantes de outros órgãos para discutir medidas de apoio, como a antecipação de benefícios sociais e a liberação do seguro defeso aos pescadores artesanais. Hoje, o grupo viajará a Manaus para coordenar ações com o governo do Estado. Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o impacto ambiental é “tremendo e assustador”. Ela disse que o Ministério da Defesa já foi acionado para dar suporte logístico ao abastecimento das populações ribeirinhas e comunidades indígenas.



Apesar da paralisação da usina de Santo Antônio, devido à vazante do rio Madeira, especialistas ouvidos pelo Valor descartam problemas de abastecimento, ao menos no curto prazo, até dezembro. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios das usinas do Sistema Interligado Nacional estão saindo do período seco com níveis elevados.

As restrições à navegação nas hidrovias preocupam os agricultores do Centro-Oeste. Embora as operações de exportação estejam normais, há riscos se as chuvas não chegarem em breve. "O que não conseguir subir [para os portos do Arco Norte] vai para Santos ou Paranaguá. Vai ter aumento de custo, mas não tem como evitar", diz Glauber Silveira, da Abramilho.

Fonte: Valor Econômico - SP

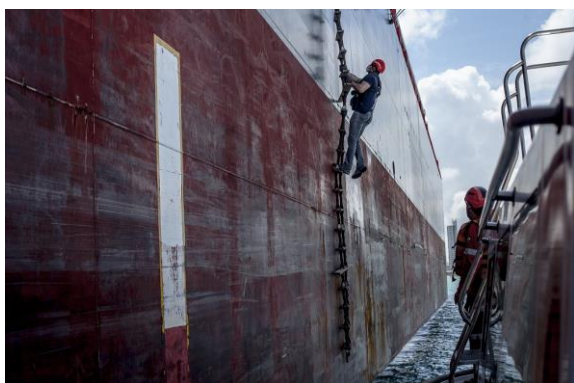
Data: 04/10/2023

## portosenavios

### PORTAL PORTOS E NAVIOS

#### NA CVT, ARMADORES E TERMINAIS VOLTAM A PEDIR REGULAÇÃO ECONÔMICA DA PRATICAGEM

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2023 - 19:13



#### Praticagem Fortaleza (Divulgação Praticagem do Brasil)

Categoria defende que regulação permaneça com a autoridade marítima. Marinha deseja continuar a regular parte técnica e sugere que atribuição da parte econômica seja da Antaq, que se considera preparada para função

Passado pouco mais de um mês, representantes de armadores e terminais voltaram a pedir a regulação econômica da praticagem em uma audiência na Câmara dos Deputados. O argumento é que falta um

órgão para que os usuários do serviço possam recorrer quando não há consenso sobre a cobrança, evitando preços considerados acima da média internacional, bem como impacto dos custos portuários e redução da competitividade das exportações. A praticagem afirma que a Marinha do Brasil, além de exercer a regulação técnica, tem atribuições de regular economicamente a atividade em casos específicos. A autoridade marítima sugere que a atribuição da parte econômica seja da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que se considera preparada para a função.

O diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), Cláudio Loureiro, disse que existe um consenso de órgãos e grande parte das associações setoriais de que há um ambiente com características de monopólio não regulado porque o serviço é obrigatório, existe escala de rodízio única e não há referências ou metodologia para fixação de preços ou teto de preços. Ele disse que a conclusão técnica dos órgãos de controle é que a ausência de concorrência leva a preços maiores.

"Sem regulação econômica e apenas com regulação técnica feita pela Marinha, sentimos poder de negociação grande por parte da praticagem. Experimentamos no dia-a-dia, embora tenhamos contratos de boa fé com várias zonas de praticagem (ZPs) no Brasil", disse Loureiro, nesta quarta-feira (4), durante audiência pública na Comissão de Viação e Transporte (CVT) da Câmara dos Deputados. O debate foi solicitado pelo deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP) e teve como objeto a discussão do projeto de lei 2.149/2015, uma das propostas que tramita na casa sobre a atividade.

Loureiro vê a necessidade de estudos para averiguar questões técnicas e econômicas para evitar que os usuários paguem duas vezes pelo mesmo serviço, considerando que a praticagem tem



avançado nas atribuições da autoridade portuária, fazendo batimetria e outras medições para tornar a operação segura e viável. Para o Centronave, é preciso uma regulação econômica para impedir a superposição de custos e para entender a natureza de cada serviço, sua precificação correta e quem deve prestá-lo, em vez de inserir a cobrança no preço da manobra.

O diretor-executivo do Centronave disse que o armador paga R\$ 195.000 de tarifa por entrada de um navio de 90.000 toneladas no Porto de Santos (SP), enquanto se paga R\$ 80.000 no Porto do Rio de Janeiro (RJ) e em Rio Grande (RS) e R\$ 20.000 em Salvador (BA). "Há alguma coisa errada na formatação das tabelas portuárias que as autoridades portuárias cobram dos usuários porque incluem serviços que hoje são feitos pela praticagem", apontou Loureiro.

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que a legislação em 1997 não deu ao tomador do serviço o direito de ter um órgão para o caso de questionamento em relação a cobranças. "Tomadores não têm direito de ter um órgão onde apelar, queremos apenas que legislação permita que tenhamos um órgão onde possamos reclamar eventualmente quando não concordarmos com a proposta de reajuste de valores em uma determinada ZP. Não temos direito de escolher nosso prático", salientou Barbosa.

A Marinha do Brasil vislumbra que o arranjo proposto pelo conjunto dos projetos de lei 4392/2020 e 757/2022 consolida a percepção de entes distintos para regulação técnica, hoje exercida pela autoridade marítima, e a regulação econômica, a qual considera inexistente no país. A Marinha entende que o tema é relevante e representa uma contribuição para o desenvolvimento do transporte aquaviário, conforme sugerido no projeto de lei 757/2022 em tramitação na Câmara. Este texto prevê que a autoridade marítima continuaria a exercer regulação técnica e outro órgão ou ente implementaria a regulação econômica, preservando vocação e capacitação de instituições.

"Vislumbramos a Antaq como órgão mais adequado, ou um colegiado liderado por ela", mencionou o diretor de portos e costas da Marinha, vice-almirante Sérgio Renato Berna Salgueirinho. A avaliação da Marinha é que os esforços na audiência pública contribuirão para aperfeiçoamento do serviço de praticagem ao apreciar mecanismos com potencial para conceder maior estabilidade à atividade e permitir que a autoridade marítima concentre seus esforços em suas prerrogativas de segurança da navegação, salvaguarda da vida humana e prevenção à poluição ambiental.

Na avaliação da autoridade marítima, a praticagem não se desenvolve em um mercado de concorrência perfeita, impondo característica de monopólio decorrente de barreiras à entrada de profissionais, somada à observância de escala de rodízio único para garantir o serviço ininterrupto, prevenir fadiga e manter qualificação dos práticos. "Esse mecanismo gera um processo de vinculação contratual bastante rígido e desequilibrado entre práticos e armadores", afirmou o diretor de portos e costas.

A Marinha não entende que fixação de preços seja regulação econômica. "A autoridade marítima enxerga na implantação da regulação econômica a complementaridade que falta à regulação técnica exercida pela Marinha como autoridade marítima brasileira", ressaltou Salgueirinho. Ele mencionou que a literatura econômica é clara ao definir regulação econômica como 'acompanhamento e auditoria das empresas prestadores de serviço através de análises mercadológicas, contábeis e financeiras, visando ao estabelecimento de preços ou seu controle'.

Um dos pontos de preocupação da autoridade marítima em relação ao PL 2149/2015, objeto da audiência pública, é que detalhar o serviço de praticagem em um dispositivo legal não seria adequado porque dificultaria a evolução da regulação técnica do tema, sendo incompatível com os avanços tecnológicos com os quais o serviço se relaciona. "Trazer para o nível de lei matérias técnicas que, pelas características dos entes envolvidos, e a dinâmica da atividade marítima a todo tempo se reciclam, causará ou terá sérias possibilidades de causar acidentes ou fatos da navegação", alertou Salgueirinho.

O diretor de portos e costas frisou que a isenção de emprego de práticos por comandantes habilitados, a recusa à prestação de serviços e a escala de rodízio única são matérias infralegais já



regulamentadas por normas da autoridade marítima. Ele chamou a atenção que o PL 2149/2015 propõe adicionar à lei matérias consideradas típicas de dispositivos infralegais, já contemplados à exaustão na Normam 311 (antiga Normam 12). O PL 2149 propõe uma alteração para retirar da autoridade marítima a atribuição de requisitar serviço de práticos e estabelecer número de práticos na ZP. Salgueirinho ressaltou que são assuntos de natureza técnica atribuídos à autoridade marítima, incompatíveis com legislação que se destina a ser perene e tratat de temas que tendem a evoluir rapidamente com tecnologia disponível.

O superintendente de regulação da Antaq, José Renato Fialho, afirmou que caso o Congresso entenda que a regulação deva ser feita pela autarquia, a agência se apresenta preparada para isso. "A Antaq vem fazendo regulação econômica, vem se capacitando, tem profissionais capacitados e tem buscado o que de melhor existe em qualidade regulatória no Brasil e no mundo", destacou. Segundo Fialho, a Antaq entende que o serviço tem características de monopólio, devendo ser regulado economicamente.

Ele acrescentou que o processo regulatório na Antaq é robusto e que a agência já trabalha com regulação econômica, desde a padronização da contabilidade regulatória para autoridades portuárias, que resultou na padronização das tarifas portuárias dos portos e autorizações de percentuais de reajustes, até os preços praticados pelas empresas prestadores de serviços de transporte de passageiros e travessia. "Temos uma série de remédios regulatórios para que essa regulação econômica seja específica para cada setor", ressaltou.

A Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) identificou que o texto do PL 2149/2015, da forma como está, não estabelece a regulação, mas somente a fixação de preço, sem ser claro quando ocorrerá. O diretor-executivo da associação, Luis Fernando Resano, disse que a proposta traz uma falsa ideia de regulação econômica, sem atender apontamentos de órgãos que estudaram a matéria. A Abac também considera que o decreto 7860/2012, que criou a CNAP (Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem), revogado recentemente, deixou um vácuo que impede a regulação econômica, além de não ter estabelecido uma metodologia para fixação dos preços.

Além da regulação econômica, a Abac defende a habilitação de comandantes para atuarem como práticos, em situações específicas, o aprimoramento da escala de rodízio único do serviço de praticagem, com foco na segurança e economia. "A Abac negocia com as ZPs. É sempre difícil porque os navios de cabotagem fazem escala a cada 1 ou 2 dias. Esse preço representa diretamente o Custo Brasil", apontou Resano. A Abac manifestou apoio ao PL 4.392/2020, do deputado Alceu Moreira (MDB/RS), e ao PL 757/2022, do poder Executivo.

### **O que diz a praticagem?**

O presidente da Praticagem do Brasil, Ricardo Falcão, disse que a Marinha já é o regulador econômico da praticagem. Falcão considera a distinção entre 'regulação técnica' e 'regulação econômica' um 'esforço de linguagem'. O prático comparou que a Antaq regula todos aspectos de terminal portuário e do armador, não somente o preço. Ele citou que a portaria 157/2010 da Marinha prevê que a autoridade marítima poderá fixar preços do serviço da praticagem em casos excepcionais em que não haja acordo, garantindo a prestação do serviço. Falcão disse ainda que a portaria 2018/2011 fala em fixar e atualizar preços constantes da tabela anexa à portaria 157 para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, aplicando índice de correção de 7,1% consoante com IPCA do período.

Ele disse que a portaria está válida até hoje e que, 12 anos depois, existem faturas emitidas com valores exatamente condizentes com o determinado pelo dispositivo. Falcão criticou que não há esse tipo de defesa da livre negociação quando, por exemplo, um armador cobra cotas extras em razão da seca nos rios da Amazônia. O prático disse que precisa haver uma regulação sobre setor do transporte que defina o quanto do frete é custo e quais custos que realmente chegam na mesa do brasileiro. "Negociações livres, cláusulas do contrato são mais importantes do que a questão do preço. Temos a clareza de que os textos podem melhorar, que o sistema de regulação pode ser

aprimorado. Defendemos que continue na Marinha como está hoje que regula completamente”, concluiu Falcão.

O presidente da Federação Nacional dos Práticos (Fenapráticos), Gustavo Martins, ponderou que a praticagem não é contrária à regulação econômica ou transparência na discussão de preços. Ele observa uma situação de insegurança jurídica que perdura desde criação da CNAP, que tinha como finalidade discutir a regulação da praticagem. “A Marinha sempre fez regulação técnica e econômica junta. Não temos no Brasil uma agência nacional de segurança da navegação. A praticagem não é contra regulação, o que ela defende é a livre negociação, sem intervenção do Estado no serviço privado”, enfatizou.

Martins disse que, se necessário, é possível encontrar formas de discutir preço quando não houver entendimento entre as partes. “No nosso ponto de vista, a discussão técnica e econômica da praticagem tem que estar num órgão só. Não somos contra melhorar o texto da lei para que a autoridade marítima tenha melhores recursos ouvindo quem ela achar adequado para processos de fixação de preços. O texto tem que ser melhorado. Existem outros projetos em discussão no Congresso”, comentou Martins.

(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2023

## ASIA SHIPPING REGISTRA A MAIOR MOVIMENTAÇÃO NO MÊS DE AGOSTO DOS ÚLTIMOS SETE ANOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 04/10/2023 - 18:54



Foram 18.482 contêineres da China para o Brasil, o que representa um incremento de 28,18% no volume em relação ao mesmo período do ano passado

A Asia Shipping, integradora logística, comemora o melhor agosto dos últimos sete anos. A empresa registrou um crescimento de 28,18% no volume de cargas embarcadas da China para o Brasil, saltando de 14.418 TEUs, em agosto de 2022, para 18.482 no mesmo período desse ano.

Segundo Rafael Dantas, diretor de Vendas da Asia Shipping, o “recorde dos recordes” é resultado de uma combinação de fatores: aumento da participação da indústria automotiva; reforço da liderança em importações e aquecimento da demanda com a proximidade da Black Friday. “Temos neste último trimestre altas demandas do transporte internacional que, normalmente, estão associados a momentos festivos como antes do Natal, Ano Novo e durante o Ano Novo Chinês”, destaca Dantas.

## PUBLICIDADE

De acordo com ele, o volume embarcado pelos setores automotivo e eletroeletrônico tem sido um grande diferencial para o desempenho da empresa neste ano, juntamente com a demanda elevada por placas fotovoltaicas, que deve se tornar ainda maior com a ampliação do uso de energia solar no Brasil. Um estudo feito pelo Portal Solar, franqueadora de projetos fotovoltaicos, aponta que a demanda extra por energia elétrica no Brasil, decorrente da eletrificação da frota de veículos e da produção de hidrogênio verde, deve movimentar o mercado nacional de energia solar em cerca de R\$ 2,2 trilhões até 2050.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2023

### FIPS INICIA A GESTÃO DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2023 - 18:48



Associação assumiu em 1º de outubro a administração da via férrea que movimenta os fluxos de exportação e importação do porto santista

A FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos) é a nova cessionária responsável pela gestão da operação, manutenção e expansão da infraestrutura ferroviária que atende o Porto de Santos. A gestão se iniciou em 1º de outubro deste ano e o contrato foi assinado com o Ministério da Infraestrutura (que hoje é o Ministério dos Transportes) em 2022. A FIPS é uma parceria das empresas Rumo, MRS e VLI e chega para substituir a

Portofer, empresa que administrava as vias do porto.

O objetivo da FIPS é aumentar a eficiência da operação ferroviária no porto paulista, oferecendo também mais segurança e benefícios para a comunidade portuária. A FIPS investirá cerca R\$ 1 bilhão nos primeiros cinco anos de gestão, contados a partir da aprovação dos projetos executivos pela Autoridade Portuária de Santos (APS).

“Acreditamos que o comprometimento das pessoas e das empresas ferroviárias reunidas nesta parceria garantirá os melhores resultados operacionais, as melhores práticas, a maior eficiência nos resultados, desenvolvimentos de nossas equipes, negócios e sustentabilidade socioambiental”, disse João Almeida, CEO da FIPS.

A FIPS foi criada em 16 de dezembro de 2022 por meio de um contrato associativo de cessão assinado entre o então Ministério da Infraestrutura e as empresas ferroviárias. O pool de empresas fica responsável pela gestão, operação, manutenção e expansão do empreendimento pelo prazo de 35 anos (com renovação por igual período). Como o contrato é associativo, a cada dois anos será aberta uma nova oportunidade para que novas empresas operadoras de ferrovia interessadas possam participar da FIPS.

#### Investimentos previstos

O complexo portuário de Santos está com 94% de sua capacidade máxima, sendo necessária a expansão do empreendimento para dar vazão à movimentação futura de carga: a projeção é que o volume transportado dobre no prazo de cinco a 10 anos.

Hoje, a capacidade ferroviária do Porto de Santos é de 51 milhões de toneladas por ano. É preciso que ela chegue a 115 milhões de toneladas/ano para escoar o volume das ferrovias operadas pela ferrovia.

A FIPS deve investir, no mínimo, R\$ 891 milhões nos primeiros cinco anos para ampliar a capacidade de ferrovia local. Entre as futuras obras previstas, destacam-se o pátio ferroviário entre o Canal 4 e a Ponta da Praia, dotado de 3 vias férreas para atendimento aos terminais de celulose; viadutos para a eliminação de passagens em nível; passarelas de pedestres; e uma periferia ferroviária.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2023

### GESTÃO DO SISTEMA PORTUÁRIO NACIONAL: QUESTÃO DE GOVERNO OU DE ESTADO?

Por Robert Grantham OPINIÃO 04/10/2023 - 18:33

Porto de Imbituba



O setor de transportes, e por consequência os portos, sempre esteve presente na estrutura dos governos brasileiros desde os tempos do Império, sob diferentes denominações e abrangências, senão vejamos:

1860-1891 - Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas

1891-1906 - Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas

1906-1967 - Ministério da Viação e Obras Públicas

1967-1990 - Ministério dos Transportes

1990-1992 - Ministério da Infraestrutura

1992 - abril a novembro - Ministério dos Transportes e Comunicações

1992-2016 - Ministério dos Transportes

2007 - Secretaria Especial de Portos (SEP)

2016-2018 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

2019-2022 - Ministério da Infraestrutura

2023 - Ministério dos Transportes

2023 - Ministério dos Portos e Aeroportos

Durante o final do Império e os anos da República Velha e do Governo Militar há longos períodos de estabilidade na estrutura do ministério, com as alterações provavelmente mais refletindo a evolução da sociedade brasileira e, conseqüentemente, uma maior necessidade de especialização setorial. Contudo, após a redemocratização, começa-se a ver frequentes mudanças no nome e na abrangência do ministério, ora incluindo setores, ora excluindo atribuições. Aqui não tentamos listar os ocupantes das pastas, pois certamente seria uma lista por demais extensa.

Uma visão mais superficial deixa a impressão de que até a redemocratização a estrutura do Ministério teve um comportamento mais de Estado do que de governo, porém após isso parece que a cada troca de governo muda-se quase tudo. Muda o nome do ministério, muda sua abrangência, mudam os objetivos.

Com essas frequentes trocas, como esperar que programas e projetos tenham continuidade?

Muitas dessas guinadas certamente podem ser atribuídas ao chamado “presidencialismo de coalizção”, em que os governos, a fim de obterem um mínimo apoio no parlamento, têm de ceder ao apetite dos partidos por cargos e verbas, sobretudo do chamado “centrão”.

Examinando os últimos 20 anos, os governos sucederam-se lançando inúmeras boas iniciativas voltadas à melhoria da infraestrutura logística nacional, incluindo-se aí os portos. Os mais notáveis foram PIL (Programa de Investimentos em Logística), PAC I, PAC II e recentemente PAC III, PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), PND I, PND II (Programa Nacional de Dragagem). De modo geral, cada qual desses programas esteve vinculado a algum governo em particular e, via de regra, não tiveram continuidade.

O que se vê são excelentes estudos, diagnósticos bem-feitos, ora no âmbito dos ministérios e secretarias, ora contando com a participação da academia ou de organismos internacionais. Lança-se então um programa, cheio de boas intenções, alguma coisa até começa, sempre em ritmo lento, seja por obstáculos burocráticos, seja por restrições orçamentárias ou, ainda, pela judicialização. Com isso logo advém uma troca de governo e o ciclo todo começa novamente.

Não seria justo, porém, colocar tudo na coluna do débito, pois avanços houve. Citamos aqui a lei 8.630/93, que dentre outras melhorias abriu os portos públicos às concessões privadas, criou o Ogmo e o CAP e, posteriormente, a lei 12.815/13, que permitiu aos TUP operarem cargas de terceiros.

Uma das coisas frequentemente utilizadas para criticar a falta de ação efetiva dos projetos governamentais é dizer-se que “falta vontade política”. Pois bem, quem, como o autor desse texto, teve uma passagem pelo setor portuário público, pode afirmar que nem sempre esse é o caso, mas sim os obstáculos mencionados acima.

Com tudo isso, na prática, nossos portos vão ficando defasados frente à evolução do transporte marítimo, como ressaltou recentemente o Centronave (Centro Nacional de Navegação Transatlântica) de que o Brasil está atrasado 15 anos e seis gerações de navios, em relação aos padrões dos navios em operação no mundo. Operam no Brasil hoje navios de no máximo 8 a 12 mil TEU de capacidade, tamanho esse que não se está mais construindo, pois os novos navios partem de 14/15 mil TEU, comprimento de 366 metros e calado de 16 metros. Os portos brasileiros não comportam hoje tais navios, seja por limitações físicas, operacionais ou falta de volume. A adequação dos nossos portos é tarefa urgentíssima e cabe ao governo de plantão dar início a esse processo, mesmo que tenha de recorrer a investimentos privados.

O que se demanda, porém, é que as autoridades não caiam na armadilha de lançar mais um programa de governo, para juntar-se à sopa de siglas que listamos acima e passem a tratar a questão da infraestrutura portuária (e para não dizer de toda infraestrutura de transportes) como uma questão de Estado, que possa perpassar governos. Somente assim o Brasil terá alguma chance de fechar o déficit de infraestrutura e alinhar-se com a revolução que se observa no transporte marítimo mundo afora. As mudanças estão ocorrendo em ritmo acelerado e precisamos nos alinhar a elas, sob pena de perdermos o barco. Em diversos artigos, pronunciamentos e palestras recentes, nós da Solve Shipping, juntamente com outros stakeholders do setor, temos chamado a atenção para a urgência de se enfrentar essas deficiências.

Que nosso clamor chegue aos ouvidos certos em Brasília, e parece estar chegando. Em recente entrevista ao jornal “A Tribuna” de Santos, a nova secretária Nacional de Portos, Mariana Pescatori, afirma textualmente “A gente entende que a política portuária deve ser Política de Estado”.

Robert Grantham Robert Grantham é sócio da Solve Shipping Intelligence Specialists

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 04/10/2023

## GRUPO ALLOG ANUNCIA COMPRA DA FTRADE E FORTALLOG E PROJETA AMPLIAR PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE CARGA REFRIGERADA E REGIÃO NORDESTE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2023 - 18:18



O Grupo Allog, empresa especializada em logística internacional com sede em Itajaí (SC) e unidades em diferentes regiões do Brasil, acaba de anunciar a aquisição das empresas cearenses FTrade e Fortallog. A compra faz parte do projeto de ampliação do portfólio de negócios da companhia e visa ampliar a participação do Grupo Allog no mercado de carga refrigerada e atuação na logística integrada.

Com matriz em Fortaleza, a FTrade é o maior player no transporte marítimo de frutas do Brasil, tornando-se referência para o agronegócio nacional. Detém 64% do

market share do volume de frutas e vegetais movimentados pelos freight forwarders, segundo a Dataliner 2022, composto, principalmente, por manga, melão, uva, melancia, limão, tangerina, coco, pitaya, maçã e pera produzidas nos estados do Nordeste e enviadas para diferentes regiões do mundo.

A empresa projeta um crescimento significativo no faturamento nos próximos anos. Para 2023, a expectativa é um aumento de 17% no faturamento, seguido por um crescimento ainda mais expressivo de 19% previsto para o ano de 2024.

### PUBLICIDADE

A Fortallog, reconhecida como um especialista logístico, é braço estratégico da FTrade e dispõe de frota focada no transporte rodoviário de carga refrigerada no interior do Nordeste (Pólo Petrolina e Juazeiro na região do Vale do São Francisco) para os principais portos dos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.

Rodrigo Hauck, diretor de Operações da Allog, detalha que a aquisição das duas empresas vem pautada pelo planejamento estratégico. A negociação prevê manter os nomes e marcas das empresas adquiridas, assim como o quadro de colaboradores. Com a consolidação do negócio, o Grupo Allog passa a contar com mais de 350 funcionários. “As empresas FTrade e Fortallog continuarão com suas marcas separadas e sua própria configuração comercial. Nós confiamos no agronegócio brasileiro, nas pessoas envolvidas e no enorme potencial econômico da região Nordeste. Com isso, também fortalecemos nosso segmento de carga refrigerada aos clientes das regiões Sul e Sudeste. Nosso propósito é unir forças e compartilhar o conhecimento”, acrescenta Alex Oliveira, fundador do Grupo Allog”.

*Fonte: Portal Portos e Navios - RJ*

*Data: 04/10/2023*

### PORTOS DO ARCO NORTE MOVIMENTARAM 60,3 MILHÕES DE TONELADAS

*Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2023 - 17:58*



#### **Porto de Santarém**

O número corresponde à movimentação nos Terminais de Uso Privado nos meses de junho e julho de 2023

Os terminais portuários do Arco Norte movimentaram 60,3 milhões de toneladas nos meses de junho e julho de 2023, segundo dados da Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq). Desse montante, 84% são de grãos sólidos, com destaque para o minério de ferro, com 31 milhões de toneladas transportadas.

A Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Ampport) prevê um aumento de cerca de 30% do transporte portuário em 2023 em comparação com 2022, confirmando a projeção de crescimento contínuo na movimentação dos portos da região.

O Arco Norte, que inclui a região Norte do Brasil e os estados do Maranhão, Sergipe, Pernambuco e Bahia, segue registrando crescimento ano a ano, com percentual superior ao de outras regiões brasileiras. Em 2022, por exemplo, exportou 51% de todo granel vegetal produzido no país, frente a 49% de outras localidades, resultados que chancelam o alto potencial regional, como observa o presidente da Ampport, Flávio Acatauassú.

No primeiro semestre deste ano, já foram exportadas 10 milhões de toneladas pelos portos de Santarém (PA), representando um crescimento de 35% em relação ao mesmo período de 2022. Mesmo com a baixa dos rios, a autoridade portuária deseja atingir a marca de 15 milhões de toneladas em 2023.

“Nossos portos têm capacidade operacional para movimentar a elevada produção do agro brasileiro. Para isso, precisamos equilibrar os modais hidroviário, rodoviário e ferroviário. Eles são complementares e poderão atender a este movimento crescente no Arco Norte”, comenta Flávio.

O executivo lembra que os portos da região possuem boa profundidade, com calados superiores aos canais de acesso ao mar. “Há uma vocação natural para o transporte de grãos vegetais, minerais e





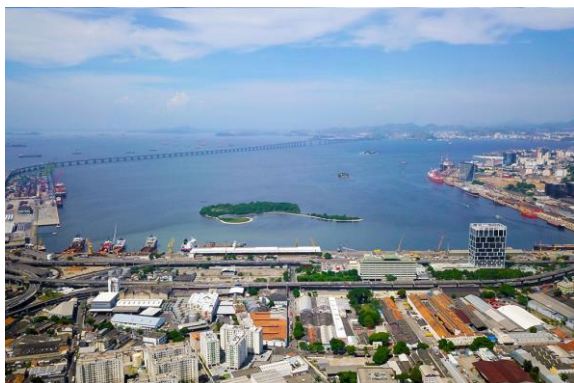
líquidos. Além disso, as operações locais são realizadas com base em conceitos de sustentabilidade da COP 30", diz.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/10/2023

## CONSÓRCIO LIDERADO PELA JAN DE NUL FARÁ DRAGAGEM NO ACESSO AO PORTO DO RIO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 04/10/2023 - 11:11



### Arquivo/Divulgação

Autoridade portuária homologou resultado do certame vencido pela empresa belga e a Chec Dredging Co. Ltd., que apresentaram proposta conjunta de R\$ 163 milhões

A PortosRio homologou o resultado da licitação para a contratação da dragagem de ampliação do acesso aquaviário ao complexo do Porto do Rio de Janeiro (RJ). A autoridade portuária informou que o serviço será executado pelo consórcio JDN-CHECN, formado

pela Jan De Nul do Brasil, de matriz belga, e pela Chec Dredging Co. Ltd. As licitantes apresentaram a proposta mais vantajosa, de R\$ 163,2 milhões, na disputa em lances abertos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira (4).

A Jan de Nul vai liderar o consórcio que será responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo da dragagem, do projeto de sinalização e balizamento, além dos demais serviços e operações imprescindíveis e complementares, necessários e suficientes para a entrega da obra, conforme anteprojeto de dragagem e especificações da concorrência. O escopo inclui ainda a retirada de casco soçobrado e de cabos de energia submarinos.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 04/10/2023



## MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA [MERCOSHIPPIING.COM](http://MERCOSHIPPIING.COM) E NO [LINKEDIN.COM](http://LINKEDIN.COM)

Este conteúdo também está disponível na [www.mercosshipping.com](http://www.mercosshipping.com) e no [www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda](http://www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda)

Fonte : *InforMS*

Data: 04/10/2023